



# ACTA N.º 05/2009

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009

Aos onze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, no Auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que foi substituído pelo senhor José Augusto Pinto Guedes, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Memória, José Alves Presidente da Junta de Freguesia de Cortes que foi substituído pela senhora Maria Dionísia Rodrigues Marques, Carlos Gomes Luso que foi substituído pelo senhor Firmino Fonseca, José Augusto Esteves que foi substituído pelo senhor Carlos Guerra Coelho, Felisberto Gonçalves, Luís Pinto e Leonel Costa.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães e Carlos Martins.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados: Paulo Reis e Ana Cristina Branco, 1.º e 2.º secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

**1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO**, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

**2. XVII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – II REVISÃO** – Apreciação, discussão e votação;

**3. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** – Apreciação, discussão e votação;



4. **AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DO TRAÇADO DA VIA PÚBLICA DENOMINADO «TRAVESSA DA VINAGRA» SITO EM MIOTEIRA, FREGUESIA DE CARVIDE** – Apreciação, discussão e votação;
5. **ALARGAMENTO AO TRAÇADO DA ESTRADA ATLÂNTICA E CRIAÇÃO DE CICLOVIA. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL** – Apreciação, discussão e votação;
6. **REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE LERIA** – Apreciação, discussão e votação;
7. **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS - SOCIEDADE «BELANATUR, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS, SA»** - Apreciação, discussão e votação;
8. **AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 96.º DO REGULAMENTO DO PDM – PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 62/09 – GENICONSTRUÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS UNIPESSOAL, LDA.** – Apreciação, discussão e votação;



### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito boa noite a todos.

Vamos iniciar a nossa sessão, quero começar por informar que a senhora Presidente chegará entretanto, ela vem de participar numa cerimónia oficial numa Freguesia do Concelho, mas julgo que podemos começar até porque está presente o vice-presidente da Câmara Municipal e assegurará a representação do executivo.

Como sabem também, esta é a última sessão deste mandato, e sobre isso referir-me-ei numa intervenção que quero fazer sobre esse assunto. A mesa recebeu dois pedidos de justificação de ausência, nomeadamente do senhor deputado Carlos Gomes Luso, que é substituído nesta sessão pelo senhor Firmino Fonseca, e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, José Alves, que é substituído pela secretária da Junta de Freguesia, senhora Maria Dionísia Rodrigues Marques.

Relativamente ao resumo da correspondência, julgo que receberam a listagem da documentação recebida durante este período, que não merece reparo especial.

Cumprimentar o senhor vice-presidente, todos os senhores deputados, os senhores Presidentes da Junta de Freguesia, os senhores vereadores, os elementos do público, os senhores representantes da comunicação social, bem-vindos a esta sessão, vamos tentar resolvê-la o mais rápido e eficiente possível.



## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Como tem sido habitual nestas Assembleias, o uso da palavra é concedido aos elementos do público que atempadamente a solicitaram. Para hoje temos um pedido feito pelo senhor Carlos da Costa Alves, que pretende dirigir-se aos senhores deputados. Faça favor!

### ***COSTA ALVES (MUNICÍPE)***

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite.

A minha presença hoje aqui é para vos manifestar a minha tristeza pela falta de patriotismo, que as digníssimas Juntas de Freguesia deste Concelho tiveram no passado dia 10 de Junho. Não comparecendo junto ao memorial aos mortos no ultramar, com excepção das Juntas da Freguesia de Leiria e Barreira.

Certamente, já tendes nas vossas Freguesias algum espaço com o nome daqueles heróis nacionais, que deram tudo pela Pátria, incluindo o seu sangue. Honrem-nos e saibam dignificá-los!

Também quero aqui lembrar, e agradecer às Juntas de Freguesia que contribuíram para que aquele memorial que temos nesta cidade e que vem sendo um dos mais vistos e honrados. Assim, aqui e mais uma vez deixo os meus agradecimentos às Juntas de Freguesia de Amor, Bajouca, Boa Vista, Barosa, Barreira, Caranguejeira, Carvide, Cortes, Leiria, Maceira, Monte Redondo, Ortigosa, Pousos, Regueira de Pontes, Santa Catarina da Serra, Santa Eufémia e Souto da Carpalhosa.

Eu de momento, do meu bolso tenho lá quinhentos e oitenta euros, pela escusa e falta de participação de cinco Juntas de Freguesia. Neste momento recebi a comunicação do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal que me disse que em breve iria arranjar a comparticipação dos cento e dezasseis euros.

Meus senhores, desejo-vos a continuação de uma boa política e muito obrigado por me terem ouvido.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.



## ANTES DA ORDEM DO DIA

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhores deputados, senhores Presidente de Junta de Freguesia, senhor vice-presidente da Câmara de Leiria, senhores vereadores, membros do público, da comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Com esta reunião da Assembleia Municipal, encerramos o nosso mandato obtido há quatro anos por sufrágio dos nossos concidadãos de Leiria, que em nós confiaram as tarefas de legislação sobre assuntos municipais e de fiscalização do executivo camarário.

Vossas Excelências confiaram-me depois o honroso cargo de Presidente desta Assembleia, assumi-o com alguma ansiedade, tendo em conta a minha inexperiência nestes assuntos, mas procurei exercer estas funções com rigor e a isenção possíveis, espero não vos ter defraudado nas vossas expectativas.

Quero afirmar-vos que foi para mim uma experiência única e inolvidável, independentemente do que possa vir a acontecer no próximo dia 11 de Outubro, este é um episódio da minha vida que guardarei para sempre como um tesouro. Por duas razões:

Em primeiro lugar porque ele me permitiu voltar às raízes, à cidade e ao Concelho que me viram nascer e que me deram muito, pelo que senti nesta oportunidade de lhes dar alguma coisa de volta. Em segundo lugar e principalmente porque trabalhar com Vossas Excelências foi um verdadeiro prazer. Quero agradecer a todos pela maneira generosa com que me trataram e como tornaram esta tarefa muito mais simples do que eu poderia imaginar.

Os membros desta Assembleia tiveram sempre um comportamento exemplar e raramente, se alguma vez, me deram razão de reparo. Esta Assembleia é um exemplo raro de disciplina e de participação que os cidadãos de Leiria não podem deixar de admirar.

A experiência dos últimos quatro anos, que como já disse me foi particularmente agradável, demonstraram quão importante é a Assembleia Municipal na governação dos destinos do nosso Município. Por isso, foi minha preocupação desde o início do mandato, como prometi no dia 27 de Outubro de 2005, na cerimónia da tomada de posse, procurar dar melhores condições de funcionamento e melhorar a sua proximidade aos cidadãos de Leiria.



Entre outras, efectuámos as seguintes modificações:

Mudámos o local das reuniões, para este Centro Associativo, organizámos e fizemos reuniões em Freguesias mais periféricas, procedeu-se à alteração do Regimento, insistiu-se no cumprimento mais exacto da hora de início das reuniões e na disciplina do atendimento, insistiu-se no cumprimento das regras de intervenção dos deputados sem que nunca tivesse havido necessidade de limitar a sua intervenção, procurámos cumprir as agendas das reuniões, limitámos, em acordo com a senhora Presidente da Câmara, o número de Assembleias extraordinárias, distribuámos convocatórias e documentos em formato electrónico, melhorámos as condições logísticas, são exemplo final as mesas e os computadores nas salas de sessões, procurámos melhorar as condições de assistência e de intervenção do público, pró exemplo movendo o tempo de intervenção para o início, o que é certamente mais confortável, e colateralmente participámos nas reuniões regulares dos vários Conselhos Municipais, em especial o Conselho Municipal de Segurança, e, ainda que de uma forma incipiente, reactivação da Comissão do Centro Histórico.

Minhas senhoras, meus senhores, a Assembleia Municipal é eleita directamente pelos cidadãos, estou certo que os cidadãos de Leiria saberão reconhecer que todos procurámos, e na maior parte conseguimos, tornar esta Assembleia mais eficiente no cumprimento das suas obrigações.

Quero pois agradecer, mais uma vez, a todos pela participação e a tolerância que comigo tiveram nalgumas eventuais gafes, que as houve certamente. Um agradecimento especial aos dois secretários, que com grande eficiência, tolerância, me acompanharam ao longo desta caminhada.

Um agradecimento também à Teresa Pinto e ao senhor Veríssimo e a todos os outros que, com grande profissionalismo, cuidaram dos aspectos logísticos das reuniões. Desejo a todos que concorrem às próximas eleições os maiores sucessos na campanha eleitoral que se avizinha. A todos e também aos que aqui terminaram as suas funções e se retiram da Assembleia. Desejo também muitas felicidades nas suas vidas, pessoal, familiar e profissional. Muito obrigado.

Tem agora a palavra a senhora deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.



***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)***

Boa noite a todos!

Uma saudação muito especial a todos os deputados presentes, mas principalmente aos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, e de igual modo, nesta honra que me cabe de representar todos os leirienses enquanto Presidente de Junta, eu queria desejar a todos as maiores felicidades aos que concorrem e aos que irão deixar esta Assembleia, e enfim, aos que ficaram.

Cumprimentava também a comunicação social e todas as pessoas que participam na organização desta reunião e o público presente.

Eu apenas pedi esta intervenção para dizer o seguinte:

A Junta de Freguesia de Leiria editou muito recentemente uma segunda edição de um livro que já tinha editado em 2003, para comemorar o 1º aniversário, ou seja, a criação do Dia da Freguesia de Leiria. Segundo um parecer do Dr. Saul António Gomes, que cedeu gratuitamente a pedido do então executivo, à Junta de Freguesia de Leiria, para que pudéssemos criar esse Dia de Freguesia.

Editámos agora a segunda edição, exactamente quando fazemos o 6º aniversário, portanto, em Junho de 2009. Eu queria dizer que este livro aparece hoje e está a ser distribuído gratuitamente à população de Leiria, e enquanto representante dos leirienses tenho imenso gosto e imensa honra em vos poder ceder também uma edição. E só é dada nesta reunião, porque a reunião anterior foi descentralizada para a Barreira, e eu não quis de todo estar a interferir entre as Freguesias.

De modo que, este dia para nós, o Dia da Freguesia, é um dia realmente muito representativo, a elevação da vila de Leiria a cidade, e é por isso que tomei a liberdade de trazer este livro para vós e portanto está em distribuição, podem levar. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem a palavra agora o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, Lino Pereira.

***DEPUTADO LINO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra)***

Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da, PSD.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta colegas, comunicação social e público presente.

O que me trás aqui hoje, tem a ver com um loteamento na Freguesia de Santa Catarina da Serra, propriedade da Freguesia e outros, (particulares). Eu passo a explicar aqui alguns factos para assim sintetizar e depois justificar a minha vinda aqui e a minha indignação.

Em 1987, a Freguesia de Santa Catarina da Serra solicitou a Câmara Municipal de Leiria, o licenciamento de uma urbanização (loteamento), no lugar da Fazarga, nesta Freguesia, tendo sido emitido o alvará de loteamento nº 555 em reunião de câmara de 22 Julho de 1988, e por sua vez um aditamento ao referido alvará em 07 de Abril de 1989.

Tal loteamento deu origem ao registo de 19 lotes na conservatória do registo predial de Leiria nesse mesmo ano de 1989, e da venda e respectiva escritura de 6 (seis) lotes a particulares.

Nesse mesmo ano, aquando do inicio das obras definidas pelo projecto da altura, e a serem executadas através da Junta de Freguesia, foi feita uma acção de embargo às obras em execução, pelo tribunal de Ourém, a pedido de duas pessoas (particulares) que se intitulavam como parte na propriedade que estava a ser alvo de obras de urbanização.

A Junta de Freguesia nesse ano (1989) parou os trabalhos, cumprindo a ordem do tribunal de Ourém, sem que até o ano de 2005 fosse executado qualquer outro trabalho de infra-estruturas na urbanização, tendo sido ainda assim executadas obras de edificação em três lotes.

No ano de 2005, a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra à qual presido, decidiu e a Assembleia de Freguesia aprovou, a iniciativa de avançar para a reavaliação e reabilitação do referido loteamento, tendo comunicado á Câmara Municipal de Leiria tal pretensão que a acolheu com agrado.

De 2005 até 2008, a Junta de Freguesia executou todos os projectos necessários à reabilitação do loteamento e sua alteração, em conformidade com as regras e regulamentos actuais, reuniu e solicitou aos proprietários dos lotes a sua autorização para a conclusão do respectivo loteamento, dando entrada em 2007 do projecto de alteração ao loteamento 1/87, em nome de Freguesia de Santa Catarina da Serra e outros.



Em reunião de 07 de Fevereiro de 2008 a Câmara Municipal de Leiria deliberou por unanimidade aprovar as alterações solicitadas, assim como as condicionantes para requerer a emissão do aditamento ao alvará, essencialmente condicionantes de valores e garantias a apresentar à Câmara Municipal. A Junta de Freguesia pediu isenção relativamente aos lotes que são sua propriedade o que foi concedido e as taxas respeitantes aos restantes lotes foram pagas em Junho de 2009.

Efectuado o pagamento a Junta de Freguesia pediu a emissão do respectivo alvará de loteamento mas até ao momento não foi emitido.

De lembrar que foram executadas edificações em três lotes do loteamento, sendo que no lote 18, foi sendo construída uma edificação direccionada ao uso de Casa de Repouso, para a terceira idade, tendo sido excedido o índice de construção previsto pelo loteamento 1/87 n.º 555 e seus aditamentos.

Aquando do contacto entre a Junta de Freguesia e o proprietário do lote n.º 18 e proprietário da casa de repouso, foi identificada a necessidade de incluir no processo de alteração do loteamento a área de construção já existente e excedente á prevista, para que a edificação do referido lote fosse posteriormente legalizada. Nessa altura ficou acordado entre a Junta de Freguesia e o proprietário do lote que este participaria no custo das obras de infra-estruturas na proporção do seu lote.

Em 08 de Agosto de 2007, o proprietário do lote 18, solicita através de requerimento licença para operação urbanística que consta de legalização de alterações do edifício destinado a casa de repouso, apresentando os documentos necessários para o efeito, e ficando o processo com o n.º 846/07.

A 28 de Agosto de 2007 a Câmara Municipal pediu parecer à Junta de Freguesia sobre o processo atrás mencionado, a qual respondeu: **“nada temos a opor tendo em conta que esta Freguesia está a fazer um projecto de alterações e acabamentos do loteamento onde está inserido o respectivo lote, já entregue nessa câmara, que vai ao encontro do pretendido pelo requerente”**.

Em 13 de Agosto de 2008, por despacho do chefe de divisão, foi analisado o processo onde informa: **“nada se vê a opor á aprovação do projecto de arquitectura e deferimento da autorização”**, o mesmo deferido por despacho do senhor Vice-Presidente a 18 de Agosto de 2008.





Entretanto, a 07 de Outubro de 2008 a Câmara comunica ao requerente através de ofício, o deferimento do pedido de autorização da obra, tendo a Câmara pedido elementos para o referido efeito.

Foi feito pedido de alvará de construção com data de 06 de Novembro de 2008 e nesse mesmo dia, por despacho da Senhora Vereadora Isabel Gonçalves, foi dado despacho da informação técnica para emissão de alvará de autorização a alteração/utilização. O alvará de licença foi emitido no dia seguinte 07 de Novembro de 2008. **Seria bom que assim fossem tratados todos os processos!!!**

Em 17 de Março de 2009, depois de efectuadas algumas rectificações na edificação, pelo proprietário, o mesmo solicita nessa mesma data a emissão de alvará de autorização de utilização. Ainda no mesmo dia o pedido foi deferido por despacho da Senhora Vereadora Isabel Gonçalves. Este despacho foi comunicado ao requerente no dia 16 de Março de 2009 (um dia antes do pedido). Constata-se pois que a aprovação e comunicação ao requerente particular (16 de Março de 2009); precedeu o requerimento por ele efectuado (17 de Março de 2009).

Parece que houve transmissão por telepatia, ou então o município tem nalguns casos uma agilidade que ultrapassa o compreensível podendo o cidadão chegar á Câmara e ter a sua resposta em cima da mesa.

Esta situação colocou a Freguesia numa situação de dificuldade financeira; pagou as taxas referentes à emissão do alvará de loteamento em Junho de 2009, mas ainda hoje o não tem; tal como não tem qualquer informação ou justificação para o não ter.

Por outro lado existe um acordo entre a freguesia e os proprietários que se comprometeram ajudar a suportar parte das despesas com as infra-estruturas, e no caso do proprietário do lote 18 porque já tem o seu caso resolvido (em meu entender mal) recusa-se a honrar o compromisso assumido.

Assim, não posso deixar passar sem demonstrar a minha indignação, e a da Freguesia que represento, pelos factos atrás descritos e pelos seguintes pontos:

A Câmara Municipal de Leiria, colocou acima dos interesses autárquicos o interesse de pessoas privadas, através dos seus mecanismos contrariando as leis

Em jeito de conclusão permito-me fazer uma avaliação dos factos e concluir:

- Que o Município violou a legislação vigente porque emitiu um alvará a um particular (lote 18) que deveria assentar no alvará de alteração ao loteamento que ainda não emitiu por isso enferma de ilegalidade e deve ser anulado.



- Que o Município perante um particular agiu a uma velocidade relâmpago emitindo documentos no dia ou antes mesmo de o particular os ter pedido.
- Que o Município ao não emitir o alvará em nome da Freguesia está a por em causa o dever de cooperação institucional apesar de neste acto a Junta agir a título particular.
- O particular porque já detém o alvará respeitante ao seu lote recusa-se agora a honrar o compromisso que mantém com a Junta de Freguesia o que lhe causa enormes dificuldades para honrar os seus compromissos.
- A Junta de Freguesia criou um capital de confiança nesta operação que lhe permitiram projectar outras obras. O “entrave” do município aliado ao não pagamento por parte do particular condicionam a actividade da Junta e deixam-na numa situação difícil.

FACE AOS FACTOS E PORQUE ME PARECE GRAVE O COMPORTAMENTO DO MUNICIPIO, PORQUE A JUNTA APENAS TENTA GERIR OS SUPERIORES INTERESSES DA FREGUESIA SOLICITO DE V, EXA A COLOCAÇÃO DE UM VOTO DE PROTESTO À CONDUÇÃO DESTE DOSSIER POR PARTE DO MUNICIPIO E EXIGIR DA CÂMARA A REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem a palavra agora o senhor deputado Francisco Francisco.

***DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)***

Boa noite, Senhor Presidente desta Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores, Presidentes de Junta, Caros Colegas, digníssima comunicação social, estimado público.

Ao final destes quase 8 anos em que, com o voto dos leirienses tive a honra de acompanhar os trabalhos desta Assembleia com empenhamento desinteressado, não quero deixar passar este momento sem uma palavra a todos os colegas.

Congratulo-me com o facto de, logo nas primeiras secções da anterior legislatura, ter proposto a substituição de toda a documentação em papel, por suporte informático CD-ROM.

Apesar de esta norma só ter sido implementada nesta legislatura, como sendo uma inovação proposta por outros, ainda que noutra formato, não podemos deixar de nos



congratular com o não desperdício de recursos e a libertação de mão-de-obra, com a consequente contribuição para um ambiente mais saudável e sustentável.

Mesmo discordando ou nem sempre concordando, em democracia, as regras são intransponíveis. A maioria manda.

Sente-se que muito mais poderia ter sido conseguido, mas para os vindouros prometem-se grandes desafios.

Antes de mais, terão a árdua tarefa de contrariar alguns dos actuais números que apresentam as contas da Edilidade, que, se não forem bem geridos, podem comprometer a futuro saudável e equilibrado dos nossos filhos, quiçá netos.

Para recuar só alguns anos e se forem comparados, do balanço de 2008, dois ou três números destas contas com o não muito longínquo ano de 2001, verificamos que o então endividamento da Edilidade a médio e longo prazo, de pouco mais de 4 Milhões de euros, engordou para os actuais, mais de 65 Milhões e ainda há que crescer os 20 Milhões da Leirisport.

Os impostos e taxas cobrados aos munícipes, passaram dos então 16,5 Milhões de euros para os agora 30,5 Milhões registados em 2008. Sentirão os Munícipes a duplicação dos benefícios prestados pela Autarquia?

Sabemos que os custos com o pessoal são um dos enormes encargos de qualquer instituição, mas também podemos verificar que os actuais 13,2 Milhões de euros se cifravam já em 2001 em 10 Milhões. Não podemos, no entanto, esquecer que foi criada mais uma nova empresa Municipal que, como se sabe é inteiramente detida pela Edilidade, onde estes custos ascenderam a mais 1,3 Milhões de euros.

Apesar dos dois maiores partidos se auto-proclamem como arautos do Leiriapolis, não podemos deixar de salientá-lo como uma obra emblemática para esta cidade. Pena é que os outros presidentes de Junta, não tenham a mesma sorte que a da cidade de Leiria.

Sentimos algum desapontamento nas promessas eleitorais, onde se continua a propor um grande empenhamento, e bem, nas camadas jovens, mas não vislumbramos propostas credíveis para acompanhar e promover uma vida saudável, de bem-estar e lazer, para as camadas menos jovens; na verdade são estes os que contribuem com os seus impostos para a sustentabilidade financeira da Autarquia.

Como podem, as pessoas de mais idade, caminhar ou fazer exercício físico se, passeios, ciclo vias, circuitos de manutenção ou locais próprios para o seu exercício



físico não passam de uma miragem? Não será tempo de olhar também com mais acuidade para quem paga?

Neste tempo de crise financeira global e de desemprego crescente, cabe também às Autarquias Locais darem o seu contributo para a fixação de novos postos de trabalho ou para a manutenção dos actuais, utilizando as “ferramentas” de que dispõem.

Para que novas empresas se fixem neste Concelho também precisam de local condigno, pelo que há muito se aguarda o novo Parque Industrial de Monte Redondo e também do apoio, mesmo que indirecto do Município.

Leiria parece não ajudar muito, porque, como se sabe, usa as taxas mais elevadas na maioria dos impostos que cobra ao cidadão.

Tendo como exemplo a derrama, todos os Concelhos deste distrito têm taxa zero para as empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, com excepção da Marinha Grande, que usa uma taxa de 0,75%; a Batalha 0,95%, mas onde o ponto mais alto se encontra em Leiria, onde a taxa da derrama é de 1,3%.

Não seria de repensar subsídios atribuídos a fundações e outros organismos de duvidoso retorno financeiro ou social?

Não quero terminar sem desejar à nova Assembleia, saída das próximas eleições, um trabalho desinteressado e profícuo, ao serviço de todos os Municípios.

A bem de toda a população, de melhor desenvolvimento sustentado e de uma exímia gestão da “coisa” pública, cordiais saudações. Disse!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Carlos André.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Muito obrigado senhor Presidente.

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara Municipal, senhoras vereadoras e senhores vereadores, caras e caros deputados municipais e público presente.

Terminam, nesta Assembleia, quatro anos de mandato deste órgão autárquico, quatro anos que é o termo de um mandato, é portanto o tempo certo para se proceder, ainda que sumariamente, a algum balanço, como de resto o senhor Presidente da Assembleia Municipal já fez na sua intervenção inicial. E antes desse



balanço ao cabo destes quatro anos, o que eu gostava, em meu nome pessoal e sobretudo em nome do Partido Socialista, era de deixar uma saudação a todas e a todos os deputados municipais, que ao longo dos quatro anos deram o melhor de si com certeza, e deram o melhor do seu esforço, no sentido de afirmar melhor Leiria e de defender, cada um dentro da sua perspectiva naturalmente, os interesses de Leiria.

Gostaria de deixar uma palavra de saudação ao senhor Presidente da Assembleia e à Mesa da Assembleia Municipal, gostaria de deixar também uma palavra de saudação à Câmara Municipal na pessoa da senhora Presidente e na pessoa dos vereadores que estiveram regularmente presentes nas nossas sessões. O facto é que, a despeito das diferenças e são notórias e são muitas, nós vivemos ao longo destes quatro anos momentos de cordialidade e sobretudo momentos de maturidade democrática.

Estivemos aqui, e falo por nós, agora, essencialmente este é um balanço feito pela bancada do Partido Socialista, animados pelo espírito de serviço à causa pública, não dizemos obviamente que os outros não tenham estado, nós estivemos, mas estivemos também animados por um outro espírito, o espírito da frontalidade democrática, que é um dos espíritos essenciais da democracia. Foi a frontalidade democrática que nós pusemos no diálogo, na crítica, tantas vezes no apoio, porque muitas vezes também aconteceu. Registamos muitas iniciativas com agrado, algumas das quais apontadas pelo senhor Presidente da Assembleia no seu discurso, registamos em particular o esforço no sentido de descentralização ou se quiserem de deslocalização das reuniões da Assembleia Municipal para as Freguesias, embora lamentemos que o projecto tenha ficado, mesmo assim, aquém daquilo que teria sido desejável e porventura aquém daquilo que teria sido possível.

Da nossa parte, terminamos este mandato com a consciência do dever cumprido, e a consciência do dever cumprido porque acreditamos ter contribuído muito para a qualidade dos trabalhos desta Assembleia, para a melhoria das propostas que aqui chegaram e para muitas outras propostas que aqui nasceram.

Permitam-nos, que lembremos alguns dos nossos contributos.

Fomos responsáveis por exemplo, desde logo, por ter travado alguma precipitação na aprovação de documentos que eram essenciais, e não raro documentos estruturantes para o Concelho e que se pretendiam, numa primeira fase, aprovar demasiado à pressa. Recordo dois e acrescento depois um terceiro, que não é propriamente um documento estruturante ou que pretendesse aprovação.



A Carta Educativa foi em resultado das nossas críticas, em resultado das nossas propostas, em resultado da nossa frontalidade séria mas consistentemente fundamentada, que a Carta Educativa não foi aprovada na primeira reunião em que foi apresentada, foi rediscutida, e mais tarde foi aprovada até com o nosso apoio.

Mais recentemente, aquele regulamento de edificações, foi devido à nossa insistência, não apenas no apelo a questões legais de carácter formal, mas também porque entendíamos que não tinha havido o tempo necessário para proceder à reflexão que era preciso fazer, que esse regulamento foi retirado da ordem de trabalhos e que foi objecto de agendamento para uma sessão extraordinária. Aliás sessão essa, e este será um terceiro aspecto, que permitiu que a senhora vereadora do pelouro pudesse apresentar de uma forma mais elaborada, mais coerente, mais estruturada, as medidas de apoio social que a Câmara vinha desenvolvendo para enfrentar a crise.

Fizemos além disso, propostas inovadoras, propostas cujo saldo temos por francamente positivo. Desde logo, uma que o senhor Presidente referiu na sua intervenção inicial, a desmaterialização dos documentos, foi um eleito do Partido Socialista, mais concretamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, fez aqui a proposta e teve que insistir várias vezes nela para que finalmente acreditássemos que essa via era possível e que hoje estamos pacificamente, tranquilamente, a lidar com a desmaterialização dos documentos.

Fizemos uma proposta que foi aprovada por larguíssima maioria, talvez até por unanimidade, no sentido de que fosse feito um levantamento exaustivo de todos os bares que se encontravam em situação ilegal, uma deliberação como digo quase unânime, e que afinal nunca foi cumprida na sua totalidade.

Fomos nós que propusemos uma comissão de Acompanhamento da instalação de uma unidade comercial de dimensão relevante, Comissão essa que desenvolveu o seu trabalho, trabalho esse que infelizmente continua sem dar grandes resultados, porque essa situação da unidade comercial de dimensão relevante caiu nesta espécie de terra de ninguém sem saída, por força das responsabilidades que ainda estão por imputar e não se sabe sequer como vai terminar.

Fizemos propostas várias, diversas, com vista à requalificação do Centro Histórico, infelizmente, em larga maioria essas propostas caíram em saco roto. Fizemos algumas propostas para a utilização do topo Norte do Estádio e fizemos várias



outras, que não quero aqui ser exaustivo e cansar-vos com a sua enumeração em pormenor.

Tivemos uma acção determinante no exercício do verdadeiro papel da Assembleia Municipal, que é o papel fiscalizador, é esse que lhe está atribuído por lei. Recordo o caso da Leirisport, onde a Assembleia Municipal teve uma importância determinante muito por intervenção dos deputados eleitos pelo Partido Socialista. Recordo, no que diz respeito à Leirisport, o problema do gerador, e num e outro caso valha a verdade, a culpa até fica parecendo que terá morrido solteira. A responsabilidade e a culpa morrer solteira, valha a verdade, não é nossa. Denunciámos sistematicamente, esse era um papel fiscalizador da nossa parte, denunciámos sistematicamente o empolamento dos orçamentos e a fantasia de muitas projecções financeiras. O tempo e o tempo foi o ano seguinte, quando apreciávamos os relatórios de contas, o tempo, o tempo que nunca engana veio a provar que tínhamos razão.

Participámos activamente nas sessões em que a Assembleia Municipal está representada, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Segurança, a Comissão de Acompanhamento do Centro Histórico desde logo, infelizmente, seria importante que os relatórios dessas comissões fossem trazidos a esta Assembleia para o nosso conhecimento, mas a verdade, infelizmente digo, é que os relatórios de acção de tais comissões continuam por fazer, creio, e sobretudo por entregar à Assembleia Municipal. Participámos em consensos, na maior parte dos casos participámos em consensos, ainda quando muitas vezes as propostas em causa, moções acima de tudo visavam o Governo Central, o Governo que é um Governo liderado pelo Partido Socialista, o mesmo partido pelo qual nos candidatámos e que representamos nesta Assembleia. Nem todos se podem orgulhar de ter tido assim sempre um comportamento isento como nós, desde que há Assembleia Municipal e desde que há Assembleia Municipal em Leiria. É que nós pusemos sempre os interesses do Concelho acima de circunstâncias tácticas partidárias. Prova disso, é o facto de termos assumido muitas vezes a responsabilidade de redigir os documentos que resultavam desse consenso, não foram poucas vezes, para fazer o encontro das propostas, coube a algum deputado socialista ser o redactor do documento final onde se registava o consenso de todas as bancadas. Significa isto que, correu tudo bem? Deveria significar mas não significa. Significa isto que, achamos que a Assembleia cumpriu o seu papel? Deveria significar mas infelizmente não significa.



A Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador. Ora, um órgão fiscalizador deve ter por missão fazer isso mesmo, fiscalizar, e fiscalizar não pode ser apenas apreciar os actos da Câmara quando a Câmara nos convida a sobre eles nos pronunciarmos. Fiscalizar tem de ser também tomar a iniciativa, ora, esta Assembleia Municipal rarissimamente tomou a iniciativa de fiscalizar os actos da Câmara. Quem escolhia os pontos que deviam ser objecto de apreciação era a Câmara, quem no fundo elaborava a ordem de trabalhos, a responsabilidade era do senhor Presidente bem entendido, mas quem é que elaborava a ordem de trabalhos ainda que indirectamente, era a Câmara. Dir-se-ia que era a Câmara, aquela que devia ser fiscalizada, a ditar a agenda, a ditar os termos, a ditar os tempos, a ditar os assuntos do órgão fiscalizador. Se isso não é subversão total do sistema, e não é, é pelo menos a sua parcial adulteração. Não é esta a Assembleia que defendemos. A Assembleia que defendemos deve ter iniciativa, deve ter a ousadia de se pronunciar sobre assuntos que se não resumem ao que a Câmara quer ver apreciado, deve ter a capacidade para fazer a sua agenda e a sua ordem de trabalhos, independentemente das propostas da Câmara, a Assembleia que defendemos deve ser interveniente e activa, não deve limitar-se a ser reactiva. E não foi isso que aconteceu! Repito, houve maturidade democrática, houve cordialidade, houve as mais das vezes respeito, mas faltou aquele golpe de asa que faz da Assembleia Municipal o órgão político por excelência e o órgão fiscalizador na mais genuína acepção da palavra. Numa palavra, cumprimos mas sem ambição, ousámos pouco e deveríamos ter ousado muito mais, pela nossa parte confinados à maioria que somos sem o poder da liderança dos trabalhos, cumprimos o nosso dever. Uma vez mais saúdo em nome do Partido Socialista, todos quantos connosco de todos os partidos exerceram esta função e se juntaram neste órgão durante quatro anos aqui incluindo os representantes, a senhora Presidente e os representantes do poder executivo. O saldo poderia ser francamente melhor, mas o saldo foi francamente positivo. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.





Estamos a finalizar o mandato autárquico, cumpre-me neste momento saudar a distinta Mesa e nomeadamente o senhor Presidente, e cumpre-me saudar também o elenco camarário e incluo aqui nesta saudação, todo o elenco camarário, os nove elementos. Mas não posso deixar uma vez mais de registar, como já o fiz aqui várias vezes, de que o elenco camarário não se resume a estes senhores que aqui estão. Faltam aqui elementos nestas cadeiras, e eu penso que este é também o momento para dizer mais uma vez, que esta Assembleia merece maior consideração quando estamos aqui a falar da autarquia, no seu todo e em todas as suas funções. E portanto, com toda a consideração que esses vereadores me merecem, quero também voltar a frisar que é com muita pena que não os vejo aqui, porque os leirienses mereciam que tivessem um outro tipo de atitude institucional.

Quero também dizer aqui que ao longo destes quatro anos e também em jeito de balanço vimos aqui muita gente a levantar questões importantes, questões de fundo, questões que dizem respeito a todos nós, sobre ângulos diversos, sobre perspectivas diversas, perspectivas distintas, todas elas naturalmente construtivas, mas vimos também aqui, sempre da parte da oposição, um traço comum, que foi dizer que no fundo estávamos condenados à desgraça.

Ao fim deste mandato se fôssemos todos levar à letra as intervenções importantes que foram aqui feitas pelos elementos da oposição, teríamos aqui quase diríamos, o Município em tanga, estávamos na banca rota. Uma coisa porém, é certa, é que o Município não fechou, o Município apresenta obra, o Município apresenta actividade, e, naturalmente nós ficamos satisfeitos com isso, naturalmente que nós nos regozijamos com isso. Não significa que sejamos acrílicos em relação ao seu desempenho, sabemos que podem fazer ainda muito melhor, mas também sabemos que é muito difícil fazer melhor quando não se sabe muitas vezes a receita de que se pode dispor. Quando o Estado não define com rigor aquilo que pode transferir para os Municípios, quando há atrasos na entrega dos documentos que são necessários aos quadros comunitários que permitem aos Municípios e às Freguesias desenvolver projectos, naturalmente todos nós queríamos mais, mas todos nós registámos que ficámos um pouco com menos valor por este facto.

Também tive pessoalmente aqui, o gosto de ver deputados municipais a chamarem a atenção para questões que não sendo propriamente autárquicas contêm com a nossa vida de cidadãos aqui do Concelho. Eu próprio tive a oportunidade de chamar aqui à atenção para algumas questões que no nosso entender justificavam uma



outra atitude da Administração Central e do poder político face ao Concelho. Questões desde coisas tão simples como o património por exemplo, o estado a que chegou o DRM, o Convento dos Capuchos, aquilo que se pretendeu fazer com a servidão militar na Matados Marrazes, e podíamos aqui citar muitos outros exemplos. Também relativamente a esta matéria, eu acho que nós temos que continuar a ser reivindicativos com o poder central. E eu, quero aqui dar a minha solidariedade à Freguesia dos Pousos na sua luta, para que o túnel seja feito, para que não fique a localidade retalhada nestas condições, porque estas obras muitas vezes adiadas, que são promessas de longa data, como o IC36 e muitas outras, nós continuamos à espera que o poder central tenha uma outra atitude para com Leiria, e também nos compete a nós, deputados municipais, chamar a atenção disso.

Eu gostava também de dizer que, da parte de muita gente, de muitos profetas da desgraça, achavam que o PSD tinha trazido digamos, a ingovernabilidade à Câmara. Não é um facto! O facto é que, nós temos um Município com futuro, temos um Município que naturalmente tem o seu passivo, mas tem naturalmente também a sua esperada receita. E portanto, nós confiamos que este processo de desenvolvimento concelhio que tem sido levado a cabo ao longo dos anos, que vá continuar.

Cumpre-me agradecer ao senhor Professor Manuel Antunes e à sua equipa da Mesa a forma cordial, a forma brilhante como administraram os trabalhos, saudar naturalmente as bancadas da oposição pela forma também empenhada com que estiveram ao longo deste tempo neste debate político e dizer-vos que, independentemente das divergências políticas, naturalmente que me resta uma amizade para com todos vós. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos!

Com a Assembleia que agora se realiza encerramos um ciclo de quatro anos de vigência desta Assembleia Municipal, um ciclo marcado por algumas divergências, salutar e relevantes do ponto de vista das diversas bancadas, mas também por consensos pertinentes, sempre que o interesse público assim o justificou.



Ao longo destes anos, este espaço tornou-se também um pequeno foco de participação cívica e política dos cidadãos na vida do Concelho, embora muito longe do que desejávamos, e é de salientar sobretudo a aproximação às freguesias com as várias sessões descentralizadas realizadas sendo sempre as mais concorridas e participadas, o que nos leva a concluir que é de incrementar esta prática.

Apesar da nossa inexperiência e poucos recursos, tentamos sempre contribuir intransigentemente para a defesa do que considerávamos ser os interesses dos munícipes. Comparar este ciclo com o anterior é motivo de grande satisfação e aqui sentimos que fomos dos que contribuímos para o seu melhoramento. Deixámos de ter assembleias praticamente sem grande discussão dos problemas agendados, deixaram de haver assembleias de pequena duração, passando a haver assembleias pela noite dentro, devido às acesas "discussões". Mudou para melhor o empenhamento desta Assembleia, o mesmo não podemos dizer do executivo camarário. A sua atitude infelizmente manteve-se uniforme, a tentativa de considerar esta Assembleia como um órgão secundário, a que se recorre porque se é obrigado, a sua sistemática desvalorização e tentativa de monitorização só encontra justificação na arrogância deste executivo, que quer continuar a não perceber que quem decide e fiscaliza somos nós e não ele, e que utiliza esta Assembleia escudado em confortável maioria como mero órgão ratificador das suas políticas. Não nos vai deixar sequer saudades, e só esperamos que o novo executivo, além de nos trazer uma cor diferente, nos traga também o novo modo de actuação. Nem falaremos dos documentos que nos são entregues quase sempre no último ou últimos dias, da previsão legal, muitos deles, poucos de dados, com o intuito de termos o mínimo tempo para estudar e poder assim discutir melhor os dossiers. Surpreendeu-nos também, o verificarmos que assuntos de grande delicadeza e importância, havia deputados desta Assembleia que votavam por seguidismo, com total desconhecimento das matérias em discussão.

As comissões criadas nesta Assembleia, quando funcionaram, sempre com a máxima isenção, abertura e democraticidade, não havendo impedimentos de qualquer ordem. Assim foi com a Comissão que propôs alterações ao Regimento e a do gerador. Mas, já a comissão referente à Leirisport, começou bem, só que, a partir do momento em que o representante da maioria apresentou a sua demissão, e há quem saiba porquê, o processo emperrou e nunca mais andou apesar da nossa pressão e de outros



grupos parlamentares. A mesma sorte teve a comissão do Centro Histórico, nunca funcionou, assim como a comissão de acompanhamento da ETES.

A sensação que nos fica é, o que pode incomodar o executivo emperra. E devemos dizê-lo, sabendo embora as consequências de tal ousadia, que a informação também é responsável pela pouca participação e interesse dos cidadãos em relação às assembleias municipais. Em vez de dar acentuado destaque às datas das assembleias e ao seu agendamento, provocando com artigos ou entrevistas aos deputados e aos grupos parlamentares o interesse dos cidadãos, que são quem ouve e compra os jornais, faz o contrário, chegando os jornais a resumir uma Assembleia Municipal onde houve discussão de assuntos de grande interesse para a comunidade, em meia folha, no meio do jornal.

Voltando ao Bloco, que esteve no acompanhamento das opções políticas desenvolvidas pelo executivo autárquico, na defesa do interesse público dos cidadãos, quer no seio da Assembleia quer no âmbito das diversas comissões específicas que foram criadas, assumindo a nossa divergência no que concerne a opções do plano executivo, em áreas como o orçamento, o aeroporto da Ota, o Centro Histórico, o Estádio e a Leirisport, da aposta no TGV, connosco neste caso a defender a linha do Oeste e uma linha Norte/Sul com estação em Leiria, com ligações rápidas e regulares asseguradas por um serviço tipo Alfa Pendular, e a nossa oposição é também à inacreditável política de estacionamento da cidade, proporcionando a utilização de espaços públicos a particulares, com preços para os utentes inaceitáveis, e maiores que na maioria das cidades, incluindo a de Lisboa.

Por vezes, por outro lado, consenso em torno de causas pertinentes, como a necessidade de assegurar a rede de cuidados de saúde primários, a preservação no meio ambiente, a defesa da responsabilidade cívica dos cidadãos na preservação do património urbano, a segurança de pessoas e bens, a ameaça do perigo da perda da importância do concelho do distrito de Leiria, com a saída de alguns serviços públicos para os distritos de Coimbra e de Aveiro.

Para concluir, mantivemos uma escuta activa interveniente, tendo pugnado pela ampliação do espaço de debate e procurando dar voz aos cidadãos e aos problemas que eles enfrentam concretamente no que respeita ao problema da ausência dos métodos de alguns centros de saúde do concelho, ao receio sentido pelas populações de algumas freguesias de Leiria, relativamente ao facto do traçado previsto pelo TGV. Defendemos o desenvolvimento de empresas e a criação e manutenção de



postos de trabalho como o fizemos relativamente aos trabalhadores precários, como o caso da Brisa na A17.

Relativamente aos problemas ambientais demos relevância especial à questão da poluição industrial na Maceira, e ao flagelo da poluição da Ribeira dos Milagres. Apresentámos moções e propostas referentes às mais diversas áreas da vida do concelho, das quais destacamos a aprovação que tiveram: a moção que apresentámos relativamente aos cuidados de saúde, a moção sobre a defesa da Ribeira dos Milagres e a proposta de criação de uma comissão de acompanhamento das obras da ETES. A defesa da criação de uma comissão de acompanhamento da questão da Leirisport e do gerador. As moções que apresentámos relativamente ao emprego e à segurança, entre outras.

Tratou-se de uma caminhada de que nos orgulhamos do que foi feito, mas que nos amargura pelo que ficou por fazer. Não funcionou a comissão de acompanhamento da ETES, não conseguimos ainda ser ouvidos quanto à necessidade dos documentos que suportam as assembleias serem disponibilizados atempadamente, de forma a serem analisados e trabalhados por partidos com bancadas mais pequenas e em condições de equidade. Não foram retiradas consequências políticas em relação a conclusões de algumas comissões criadas. É necessário que a Assembleia pugne, para que a Câmara Municipal promova um plano real para fazer face à situação de crise e de desemprego, após se ter verificado na assembleia anterior que o plano que esta apresentou possui diversas lacunas.

A Câmara Municipal, continua a não dar resposta a algumas soluções que aqui apresentámos, do que é exemplo o pedido de divulgação do levantamento de habitações degradadas de Leiria para a nossa possibilidade de aplicação do previsto na lei em termos de IMI, como sanção aos proprietários que não recuperaram as suas habitações.

E tantas outras coisas que poderemos fazer pelo nosso Concelho, e estamos conscientes do desafio que nos espera a todos, certos do empenho que teremos em concretizá-lo, nós e todos vós. Apesar de tudo devo dizer, foi bom estar convosco nestas discussões, mais ou menos acaloradas e tomadas de posição que me enriqueceram, que creio vos enriqueceram, e espero que tenham aberto a vontade dos cidadãos para uma maior colaboração connosco, porque é por eles que estamos aqui. Até à próxima Assembleia.



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Boa noite a todos!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Excelentíssimo senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caríssimos colegas, excelentíssimo público, ilustres jornalistas.

Cumprindo o desiderato apresentado pelo senhor Presidente na última Assembleia, não vou aqui falar de temas que tenham a ver com campanha eleitoral. Mas há no entanto, duas ou três questões que eu vou ter que apresentar. E começarei por elas e vou fazê-lo prestando um tributo ao senhor vereador Vítor Lourenço porque, em particular no que respeita à Educação, me parece ter feito um trabalho louvável. Espero que consigamos manter a qualidade de trabalho, nós, enquanto Município, por si desenvolvida. No entanto, eu tive, e não estou a fazer a pergunta com qualquer má intenção, faço-a imbuído de um espírito de absoluta ignorância sobre a matéria.

Percebi que foi criado, recebi um convite para tal, um Museu na Ortigosa, Agro Museu, creio que é assim que foi chamado, e sobre a matéria sei muito pouco, pouco mais do que aquilo que li nos jornais. Basicamente gostava de saber, qual foi o custo daquela opção, em que circunstâncias é que foi tomada aquela deliberação de escolher aquela propriedade e não qualquer outra, isto no sentido de perceber se não existiria no concelho de Leiria outra com condições similares, que pudesse ser utilizada para este fim, é realmente uma questão que eu gostava de ver esclarecida. Volto a repetir, não tenho qualquer intenção na pergunta que estou a fazer, faço-o porque desconheço por completo os parâmetros sob o qual foi tomada esta decisão, mas preocupa-me algumas questões que ouvi sobre a matéria.

Também é outro vereador que vai sair, ao senhor vereador Fernando Carvalho, a quem quero agradecer a forma empenhada, apesar das enormes discrepâncias que tivemos em particular em relação a questões de trânsito, tenho que reconhecer que sempre o vi trabalhar de uma forma empenhada e acima de tudo de uma forma profundamente cordata, a vida é assim, mas há duas notas que lhe queria deixar. A rua Arnaldo Cardoso e Cunha não tem qualquer tipo de sinalização. Não há sinais de estacionamento, e, esta é uma brincadeira, um semáforo em Lisboa já com vala



aberta, custa mil e quinhentos euros, o senhor vereador sabe o que é que eu quero dizer com esta afirmação.

Ouvi falar aqui no estacionamento e é um pedido que quero fazer à senhora Presidente de Câmara.

Eu no dia da inauguração do Festival de Gastronomia, que como já o ano passado tive oportunidade de aqui dizer, não é uma forma de organização que me pareça adequada, creio que estamos a fazer promoção e não tenho dúvida, seguramente que o Município arcará com parte dos custos a restaurantes que não são do nosso concelho, não me parece que seja uma forma correcta de organizar este tipo de evento. Eu creio que os restaurantes têm em sede própria, no local onde eles funcionam, muito melhores condições para nos servir com qualidade, e para isso, a Região de Turismo terá todas as condições para fazer divulgação ou o que entender. Enfim, é uma nota que já há vários anos tenho dado, e continuo a deixá-la, mas eu no dia da abertura fui ao Festival de Gastronomia. Eram vinte horas e seis minutos e estacionei o meu carro no parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana, e donde o retirei às duas menos qualquer coisa, paguei quatro euros e vinte cêntimos. Há uma coisa que eu tenho a certeza, se para mim isto não é "Viver Leiria", tenho a certeza que para qualquer jovem que nós queremos atrair ao centro histórico da cidade, ao Terreiro, etc., não é mesmo "Viver Leiria". Há aqui qualquer coisa que não funciona bem!

É evidente que, relativamente ao trabalho que aqui desenvolvemos eu não tenho a qualidade de expressão do Professor Carlos André, não seria capaz de dizer se contribuí ou não para o bom funcionamento desta casa. Há uma coisa que eu sei, dei o meu melhor, fi-lo sempre com o melhor espírito e com o propósito de que nós cumpríssemos a nossa função, que era dentro das condições que nos são propiciadas, contribuirmos para a melhoria das condições de vida no nosso Concelho. É isso aquilo que me move, e que espero que me continue a mover no futuro. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Boa noite



Carlos Guerra, PCP.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, caros colegas.

Eleições à porta e eis que temos um dilúvio de membros do Governo candidatos, e dirigentes do PS, numa tamanha simbiose que ainda hoje um jornal leiriense ora escrevia ministro ora candidato do PS, como na passada semana ora diziam primeiro-ministro ora secretário-geral do PS. Tudo, nuns casos, com agenda pré-anunciada particularmente no que toca às inaugurações serôdias de coisas já a funcionar há vários meses. Noutros casos, há uma senhora ministra, a da Educação, que se desloca em segredo não fosse apesar de estarmos em período estival, algum professor não indefectível sabê-lo, em segredo, mas obviamente com a garantia de espaço na comunicação social. Veio a senhora ministra visitar as obras de duas escolas secundárias do concelho, feliz e finalmente em obra. Só não se entende porque é que o PCP em sede de PIDAC, apresentou propostas para a requalificação da Escola Domingos Sequeira, o PS a chumbou. E apontamos aqui o dedo ao Governo pelas escolas do 2º e 3º ciclo D.Dinis e de Marrazes, não serem também alvo de profundas obras de requalificação, também num e noutro caso, o PCP apresentou propostas em sede de PIDAC, que o PS como antes o PSD e o CDS, rejeitou. Mas estas obras põem a nulo a falta de planeamento do Ministério da Educação, porque as aulas vão começar e o Ministério não garantiu as condições para as aulas de Educação Física. Sabemos que está a negociar com a Câmara, através da Leirisport, e que as duas escolas vão provavelmente utilizar o pavilhão dos Pousos. Segundo a informação que nos chegou, a Leirisport está a preparar um preço que não tem em conta esta necessidade concreta e extraordinária, de centenas de estudantes de Leiria terem condições para praticar desporto. Segundo nos disseram, parece que pelo menos uma das escolas gostaria de utilizar o Estádio mas o preço pedido pela Leirisport inviabiliza esta situação. A Leirisport tem que zelar pelos interesses municipais, interesse que são os das populações do Concelho. Tememos que a Leirisport neste caso, não saiba o que é o interesse municipal que podemos sintetizar na criação de condições para que os nossos jovens que frequentam o ensino secundário possam ter aulas de Educação Física. Tendo aulas apenas no pavilhão dos Pousos, há um transtorno enorme na organização do tempo escolar pelo tempo necessário para o transporte, e há os custos acrescidos com este transporte. Os nossos jovens não podem ser prejudicados pela incúria do Governo no tratamento deste caso e o Município, considerando a situação excepcional, deve criar





as condições efectivas para que o Estádio e talvez os outros equipamentos da zona desportiva, piscinas e centro de lançamentos, possam ser utilizados.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Boa noite a todos.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Ao darmos por concluído o mandato de representação democrática neste órgão municipal, terá sentido pedagógico e cívico, fazermos uma breve análise da nossa acção ao longo de 29 sessões de trabalho, desde a tomada de posse de 27 de Outubro de 2005.

Em primeiro lugar, os aspectos, inequivocamente positivos, que se prendem com o ambiente de cordialidade que sempre existiu entre as várias bancadas partidárias, mesmo quando as divergências foram substantivas e as opções antagónicas. Também será justo destacar o empenho e simpatia dos serviços de apoio aos trabalhos desta Assembleia, bem como a concretização da proposta de realização de algumas sessões descentralizadas e a progressiva desmaterialização dos documentos distribuídos aos deputados municipais.

Mas, em boa verdade e na nossa opinião, o trabalho desta Assembleia ficou aquém do seu desígnio de órgão de deliberação política mais representativo do concelho quer a nível ideológico quer a nível geográfico. A sua acção foi sendo estiolada de interesse real, as ordens de trabalhos foram, progressivamente, esvaziadas de debate pertinente, limitando-se ao cumprimento legal de tarefas administrativas e burocráticas, qual Conselho Fiscal de uma agremiação recreativa, ao sabor da vontade e da agenda da maioria partidária do Executivo. Muitas das sugestões e das propostas (mesmo as que foram aprovadas) caíram no saco roto do conveniente esquecimento, com claro e objectivo prejuízo para a qualidade das decisões tomadas pela Câmara Municipal. Não fora o aproveitamento criterioso do curto espaço de tempo dos períodos antes da ordem do dia por parte das bancadas da oposição e este órgão passaria, displicentemente, ao lado da vida deste Concelho.

Vejamos, a propósito, alguns exemplos retirados da leitura das próprias actas:



Na de 28 de Fevereiro de 2008, no seguimento da proposta do deputado José Manuel Silva sobre a necessidade de se criar uma Comissão de avaliação da gestão da Leirisport, o senhor Presidente da Mesa afirma, na página 21: " *A minha opinião é que se a Leirisport pedir a intervenção na próxima Assembleia, naturalmente que se colocará na Ordem de Trabalhos. Não no período antes da ordem do dia, mas na própria Ordem de Trabalhos e uma vez que está relacionada com o Município pode ser incluída na Ordem do Dia*". Mas, na sessão seguinte, dia 29 de Março, a acta na página 4, citando o senhor. Presidente regista: " *como ficou determinado na última Assembleia vamos iniciar este período antes da ordem do dia pela apresentação da actividade da Leirisport, que vai ser conduzida pelo Dr. José Benzinho, presidente do Conselho de Administração da Leirisport. (...) Os senhores deputados receberam o CD com alguma informação sobre as contas que não vão ser discutidas (...)*". Acresce, neste contexto, que desde 22 Dezembro de 2008 tinha sido constituída uma Comissão com propósito de avaliar a gestão da empresa Leirisport que nunca apresentou as conclusões do seu trabalho pela simples razão de que o seu coordenador, o representante do PSD, não convocou a dita Comissão.

Em 29 de Fevereiro de 2009 à pergunta sobre o modo como tinha sido celebrado o contrato de exploração do Cinema Paço diz a senhora Presidente da Câmara: " *numa próxima oportunidade traremos as contas do tempo em que esteve a funcionar o acordo*". A não ser que o faça hoje, a promessa não teve consequência visível. Na mesma linha, quando a Câmara foi questionada sobre os custos da não conclusão do Topo Norte do Estádio disse a senhora Presidente: " *Fica escrito em acta, (...) fica registado e nós responderemos*". Até hoje nada!

No mesmo dia sobre o imbróglgio da adjudicação da Unidade Comercial de dimensão relevante, vulgo grande centro comercial, disse de forma inequívoca: " *a nossa intenção era que quando essa fase chegasse ao fim, trazer à Assembleia e contar a história toda*" Mas terminamos nós o mandato, a senhora vai deixar e exercer essas funções e a história fica por contar!...

Em 27 de Março de 2007 prometeu publicar quanto antes as alocações das sessões comemorativas do 25 de Abril, coisa que voltou a prometer, entusiasticamente, um ano depois. Em Março de 2008 garantiu distribuir por todos, os elementos relativos à contratação de serviços de 2 ex-funcionários da Leirisport e ainda fornecer " *com todo o gosto a esta assembleia as despesas reais quer com a Valorlis quer com a STL, quer com a SIMLIS*" relativas às questões de higiene e limpeza. Delas não houve



notícia concreta. Ainda em 2008 a sr<sup>a</sup> presidente profere, categórica, a seguinte frase: *"Eu disse prioridade número um a estrada da Barreira"* e perante a desconfiança, do Sr. Presidente da Junta: *"É a CML quem executa a obra? A da estrada 1251?"*. *"Sim é a Câmara que executa, este ano!"* Toma! Mas a estrada está na mesma... Também a mesma triste sorte teve a requalificação do largo Serafim Lopes Pereira, frente à escola Domingos Sequeira, prevista no plano de actividades de 2007 e (cito o Vereador Fernando Carvalho) *" a obra será lançada em 2007 "...* Até ver...

Na sessão de 20 de Dezembro de 2007, é aprovada uma moção que recomenda *(cito)" que seja feito o levantamento de bares e estabelecimentos similares que não reúnam condições de segurança prevista na lei (...) e que desrespeitem a legislação sobre ruído (...) e sendo caso disso o encerramento compulsivo dos estabelecimentos ilegais"* o resultado da votação maioritária deste órgão não teve seguimento conhecido.

Já em 26 de Junho de 2006, foi deliberado, por maioria, com uma abstenção, aprovar a moção sobre a renovação da existência e reactivação do funcionamento da Comissão Consultiva de Revitalização do Centro Histórico" Não reuniu, porque nunca foi convocada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem competia fazê-lo.

No longínquo dia 28 de Novembro de 2005 o senhor Vereador Vítor Lourenço adianta que o prémio literário Afonso Lopes Vieira vai continuar a ser divulgado todos os anos no dia 22 de Maio, com está expresso no Regulamento do Concurso. A esta Assembleia não foram dadas razões desse incumprimento.

Em 17 de Fevereiro de 2007 foram-nos garantidas explicações concludentes sobre a alteração do uso inscrito no Plano de Pormenor do Carpalho. Nunca apareceram!

A propósito da necessidade de lugares de estacionamento de veículos de duas rodas, levantada pelo deputado João Fonseca, o Sr. Vereador Fernando Carvalho, em 26 de Junho de 2006, responde: *" Concordo consigo, será necessário repensar e provavelmente, nalguns espaços distribuídos pela cidade, de forma proporcional, salvaguardar alguns espaços para estacionamento. Portanto iremos dar indicações para ser feito esse estudo"*. Ainda não deve estar concluída tão espinhosa avaliação. Na mesma sessão o mesmo vereador dá razão à pertinência na intervenção nos espaços interiores dos quarteirões da Av. Marquês de Pombal, questão levantada



pela deputada Isabel Gonçalves. Eles lá estão, na mesma, à espera que algo aconteça...

E já não me detenho a falar das inúmeras sugestões de gestão orçamental adiantadas pelo PS perante o sepulcral silêncio da maioria ou dos ouvidos moucos a quase todas as propostas relativas a taxas aplicadas no município. Quis apenas respigar alguns exemplos que ilustrassem o balanço que fazemos do funcionamento deste órgão, não esquecendo, nesta hora, os lamentáveis episódios de agrimónia inadequada que ensombrou algumas reacções da senhora Presidente da Câmara, revelando o outro lado da sua proverbial bonomia.

Ficámos, pois, nestes 4 anos, muito aquém da nossa missão democrática. Não nos foi dada ocasião para debater com profundidade as linhas de força do desenvolvimento concelhio. Não interviemos, com a amplitude desejável, na definição de políticas estratégicas para o futuro dos nossos concidadãos.

Nem todos nos libertámos dos preconceitos e das peias de servidão para afirmar, livre e fundamentadamente, a nossa opinião.

Chegámos, enfim, ao fim de um tempo consumido apenas à superfície do dever.

Impõe-se, por isso, a mudança!

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Cunha Presidente da Junta da Barreira.

### ***DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PS)***

José Cunha, Freguesia da Barreira.

Cumprimento o senhor Presidente, dos senhores secretários, a senhora Presidente, os senhores vereadores, caros colegas, comunicação social e público presente.

Senhor Presidente, quero dizer-lhe que para mim foi e é uma honra muito grande trabalhar consigo e com todos os caros deputados, e reconheço em si uma qualidade que muito aprecio que é o bom senso. Acho que o senhor conseguiu dirigir os trabalhos desta Assembleia com muito bom senso.

Estamos em fim de mandato, mas os problemas das Freguesias não têm fim de mandato e portanto eles continuam. Por isso trago a esta Assembleia os problemas e preocupações da população da Barreira em relação ao arranque do novo ano lectivo. E também, um lamento em relação ao tratamento diferenciado, no mínimo ignorado, pela Câmara Municipal em relação à Junta da Barreira.



Primeiro, uma nota pessoal em relação à Assembleia anterior. Foi pena o facto de não me ter permitido responder ao desafio lançado pela vereadora Neusa Magalhães, foi pena pois a solidariedade e acção social são temas em que gosto de participar e debater, principalmente porque deles tenho muito a aprender. Por outro lado, até terá sido bom, pois as respostas que me ocorreram na altura seriam seguramente de desprezo e desdém pela forma como o assunto foi tratado, o que em nada contribuiria para melhorar a discussão. As questões sociais merecem da minha parte o maior respeito.

De qualquer maneira, quero dizer senhora vereadora, que o facto de Vossa Excelência não conseguir responder às questões que eu coloquei, dá razão às minhas dúvidas e torna pertinente a minha intervenção.

Senhor Presidente, os assuntos que vou apresentar estão relacionados com o arranque, como disse, do ano lectivo.

Em Julho passado, o Colégio Conciliar Maria Imaculada da Cruz d'Areia, emitiu uma circular aos pais sobre o encerramento do portão daquele colégio a veículos automóveis, por motivo de segurança. Esta medida, vem ao encontro das orientações do Ministério da Educação, nomeadamente pelo ofício/circular n.º 60 de 2006, que não permite a circulação e o estacionamento de automóveis dentro do recinto escolar. O ofício do colégio também informa que foram alertadas as autoridades locais, leia-se Câmara Municipal e PSP, e eu pergunto se foi tomada alguma iniciativa no âmbito do Conselho Municipal de Trânsito.

Compreendem-se e aceitam-se as razões que estão na origem destas medidas, mas não posso deixar de prevenir para alguns problemas que se avizinham.

O colégio tem cerca de oitocentos alunos e dadas as características da escola e admitindo que cada viatura transporta em média dois alunos, penso que já estou a meter aqui uma média razoável, faz com que quatrocentas viaturas passem a parar ilegalmente e em hora de ponta no passeio da estrada municipal 543. Não podemos esquecer as viaturas que vêm do lado Sul, da Cruz d'Areia do Telheiro, da Barreira e de outros concelhos, que se vêem obrigados a ir à rotunda da Cruz d'Areia. Não podemos esquecer aqueles, que são muitos, que vêm praticamente de todo o concelho e que ali têm os seus filhos. Não podemos esquecer que nas imediações, temos a escola José Saraiva com cerca também de oitocentos alunos, a escola n.º 6 com duzentos e quarenta alunos, e, para limitar a fraca escapatória que ainda existe pela Rua dos Romeiros para a estrada das Cortes, temos a escola da Guimarães.



O trânsito vai ficar caótico, parado mesmo, pois os pais vão sair da viatura para acompanhar os filhos pelo menos até à entrada da escola, vai ser um abrir e fechar de portas no eixo da via, em tempo de chuva junta-se o abrir e fechar de chapéus. Então e a segurança na rua? Aqui não é mais necessária? Como é que são geridos os horários dos transportes públicos? Vão esperar indefinidamente para que os carros saiam da rua? E o incómodo que isso coloca aos restantes utentes da via?

Que medidas vão ser tomadas para ultrapassar esse problema?

Porque é que a Câmara não levou a sério as preocupações que apresentámos há cerca de quatro anos atrás, no sentido de se estudarem vias alternativas à rotunda da Cruz d'Areia? Porventura, agora, poderiam ser vias estruturantes para descongestionar o trânsito.

Também relacionado com este ano lectivo, temos a problemática dos transportes públicos, nomeadamente pela falta de resposta quanto à satisfação de horários. Os alunos que frequentam a escola José Saraiva iniciam as aulas às nove horas, e o horário dos transportes públicos é satisfatório. Os que andam no Liceu Rodrigues Lobo ou na Domingos Sequeira entram às oito e trinta, portanto estes simplesmente não têm transporte. Não haverá possibilidade de criar um transporte que faça Leiria, Mourã, Casal da Cortiça, Sobral, Andreus, Barreira e que chegue a Leiria às oito e trinta? Soubemos ontem que o transporte das crianças para a escola da Barreira foi adjudicado à Rodoviária. Segundo informação que recebemos da própria Rodoviária, o transporte de manhã vai ser feito muito próximo das nove horas, o que coloca algumas reservas quanto à sua eficácia, e que o transporte da tarde deverá ser efectuado antes das dezassete horas, o que não se entende, pois as AEC's terminam cerca das dezassete e trinta. Mas fica o benefício da dúvida e esperar que o bom senso também impere na gestão deste problema.

A encerrar este problema do arranque lectivo, está a conclusão do infantário do Telheiro. Ao fim de seis anos de obras aquele equipamento está finalmente construído. Foi-nos pedido, há pouco tempo atrás, pelo vereador Vítor Lourenço, o empenho para incentivarmos à inscrição de crianças. Aliciámos os pais com melhores condições físicas e humanas e eles responderam favoravelmente. Neste momento, o jardim está lotado, ou seja, depois de todos estes anos concluímos que é insuficiente para a população do Telheiro. Mais grave é o facto de não podemos usar uma das salas apenas por falta do empenho da autarquia em questões de acabamento. Senhor vereador Vítor Lourenço, se tiver oportunidade, assista nestes dias, num



qualquer infantário ou escola, às reuniões de pais, que proporcionam este arranque escolar, vai ver que nunca mais se vai esquecer de preparar a tempo o ano lectivo.

Senhor Presidente, vou terminar a minha intervenção, manifestando como disse no início, o sentimento que nós sentimos, pela maneira como a Câmara tem tratado a Junta de Freguesia da Barreira, em relação a outras Juntas com uma notória dualidade de critérios.

São algumas situações em que sentimos isso mesmo, dualidade de critérios. Tenho comigo uma carta enviada à Câmara, em 13 de Agosto, neste caso à atenção da senhora Presidente da Câmara mas dirigido a todo o executivo camarário, em relação à qual não obtivemos qualquer resposta, e que será, do meu ponto de vista, o corolário de todos os acontecimentos. Até lhe pedia senhor Presidente, que lesse a carta que tenho aqui, porque acredito que a si a Câmara o ouça e também a si lhe responda. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

A seguir dou a palavra à senhora Presidente da Câmara, mas antes disso, quero agradecer aos senhores deputados, porque me foram feitas referências pessoais, algumas referências amáveis que me fizeram. E também quero referir-me a afirmações, dos senhores deputados Carlos André e Pedro Biscaia, ambos sabem do respeito e até da admiração que tenho pela sua intervenção nesta Assembleia, mas não posso deixar passar em branco duas afirmações.

A primeira, do senhor deputado Carlos André, no que respeita à elaboração da agenda. É natural que fosse a Câmara a ditar a maior parte dos pontos que fizeram parte da agenda, até para cumprir as determinações legais e o seu timing, mas nunca recusei o agendamento de nada relevante que me tivesse sido pedido para agendar, e não me lembro de ter alguma vez recebido algum pedido de agendamento por parte da bancada do Partido Socialista. Em segundo lugar, quanto à oportunidade e à possibilidade de discutir fosse o que fosse nesta Assembleia, eu apenas quero lembrar que do Regimento se indica que o período de “Antes da Ordem do Dia” deveria ser limitado a sessenta minutos, e raramente durou menos que duas horas e meia. Foi sempre dada ampla oportunidade a todos que pediram a palavra, nunca a cortei a ninguém, e podia tê-lo feito porque havia um mapa de tempos a serem utilizados, e também tenho que dizer em abono da verdade, e isso é patente já hoje, que quem mais beneficiou desse tempo e quem mais utilizou esse tempo



foram as bancadas da oposição. Portanto, nesses dois pontos peço desculpa de não aceitar essa crítica, sendo que, na minha intervenção inicial eu aceitei que possa ter cometido erros e cometido gafes e até agradei, de uma forma geral, a compreensão que sempre tive por parte das duas bancadas, não podia deixar passar sem fazer este comentário. Faça favor senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Boa noite senhor Presidente, senhores deputados, senhores vereadores!

Em primeiro lugar as minhas desculpas por ter chegado ligeiramente atrasada, o que não meu hábito, nem aqui nem noutros lugares, mas a verdade é que tive que estar em dois eventos em duas Freguesias, em Amor e em Carvide, sendo que em Amor era a comemoração do aniversário da Freguesia e depois um evento das tasquinhas em Carvide, onde tive que passar a correr mas, compreendo a obrigação de aceder aos convites que os Presidentes de Junta fizeram.

Posto isto, queria cumprimentar todos os presentes mais uma vez, e, nesta última Assembleia deste mandato queria agradecer a todos os membros da Assembleia o apoio que me deram e sobretudo um agradecimento muito especial ao senhor Presidente e à Mesa, pelo elevadíssimo nível que trouxe na condução dos trabalhos desta Assembleia. Algo não seria de esperar diferente, porque estamos perante uma personalidade única, em termos intelectuais e em termos de intervenção cívica, e aqui demonstrou efectivamente essas qualidades, que gosta da sua terra e que assim conseguiu vir dar um contributo ainda suplementar àquilo que é já o seu trabalho cívico e profissional.

Aqui foram discutidos muitos assuntos durante estes quatro anos, tivemos Assembleias de grande nível, entendo eu, discussões de grande elevação, da minha parte, não percebi o comentário do senhor deputado Pedro Biscaia, sempre aceitei as críticas, sempre que elas são feitas de boa-fé e com o objectivo de melhorar a governança. Nunca aceitarei ou aceito, ouço-as, quando elas são feitas de má-fé ou sem sustentação, e também as ouço nesta Assembleia, fazendo a respectiva distinção naturalmente que registei com agrado todas aquelas que foram feitas, e tendo muitas das vezes como aqui já foi dito, independentemente de quem vieram as propostas, aceitámo-las, tivemo-las como boas e levámo-las como projectos a aceitar e a implementar no Município. É assim que eu penso que funciona a democracia e é assim com esta elevação que todos contribuiremos para uma melhor





qualidade de vida e desenvolvimento desta nossa terra, que não tenho dúvida nenhuma que todos nós gostamos muito.

Relativamente aos assuntos que hoje foram aqui trazidos, percebemos, assuntos muitos deles intervenções de balanço, outros nem tanto, relativamente ao balanço cada um tem a liberdade de fazer as análises que assim as entende e assim foi feito.

Eu queria só dar aqui uma nota ou duas em relação à intervenção que fez o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, no sentido de que a Câmara ou a senhora Presidente, não sei exactamente os termos que utilizou, desprezou esta Assembleia.

Eu acho que é uma crítica perfeitamente injusta e tenho que o dizer. O senhor não me dá a mim lições de democracia, nem o senhor nem o seu partido, já lhe disse isso várias vezes e continuarei a dizer com toda esta frontalidade. Ouvirei sempre as críticas, e volto a dizer, quando considero que têm substrato, têm consistência e estão com boas intenções. Quando são críticas por criticar, por personagens e por pessoas que estão convencidos que a iluminação chegou lá e acabou, ou que a seriedade chegou aí e acabou, pois naturalmente que ouvirei sempre atentamente mas entra por aqui e sai por ali.

Relativamente às observações que fez tenho que lhe dizer que acho que não há razão nenhuma para dizer que desprezo a Assembleia Municipal. Sempre aceitei. Não tenho culpa, rigorosamente nenhuma, que algumas comissões que daqui saíram não tivessem funcionado. Não é a mim que compete pôr estas comissões da Assembleia Municipal a funcionar, algumas das comissões e lembro nomeadamente uma comissão que funcionou em dada altura muito bem, foi a Comissão do Centro Histórico, e que todas as ideias e as propostas que foram apresentadas à Câmara foram importantíssimas para muita coisa que foi feita no Centro Histórico.

Relativamente a algumas observações pontuais do senhor deputado Pedro Biscaia, mais de pormenor, de quem fez uma leitura atenta das actas, só para lhe dizer o seguinte:

Relativamente aos custos do Topo Norte, quem fez esse pedido foi o senhor deputado José Manuel Silva e eu respondi ao senhor deputado José Manuel Silva. Ele fez-me chegar um mail através do senhor Presidente, com o pedido relativamente a esta questão, e eu respondi, mandei uma listagem com os respectivos custos. Se ele não distribuiu pela bancada também tenho pena e se calhar nem ele pensou que era preciso fazer isso, mas foi exactamente o que aconteceu.



Relativamente aos dados, depois a senhora vereadora Neusa poderá dar essas informações, dos custos com as limpezas da STL/Valorlis, julgo que esses dados também foram fornecidos, mas há sobretudo uma informação que eu julgo que é pertinente, que trouxe aqui também hoje, que é a intervenção no Largo Serafim Lopes Pereira.

A intervenção no Largo Serafim Lopes Pereira é uma intervenção que até estava prevista numa candidatura que apresentámos ao programa para a requalificação urbana, o chamado PALOR, e estava prevista com verba e foi aprovada. Porque é que não vai ser feita este Largo? Por uma razão simples, porque a intervenção que o Ministério da Educação, através da Parque Escolar, está a fazer na escola Domingos Sequeira (quando o senhor deputado esteve a falar eu ouvi-o atentamente), não vai permitir que seja feito, porque colidia com a intervenção que a Parque Escolar está a fazer agora nesta escola. E portanto, não vai conseguir fazer-se aquilo que nós queríamos, nem a proposta de projecto que fizemos, porque tem que ser conciliada a intervenção na Domingos Sequeira de acordo com o projecto da Parque Escolar com a intervenção que nós tínhamos proposto, ou seja, é uma obra que vai ter que ser remodelada como aliás já foi dito publicamente, porque o que aconteceu é que o projecto da Parque Escolar foi implementado, sem qualquer tipo de opinião à Câmara. Isto é, parecia-me a mim correcto, que estas intervenções nas escolas secundárias, que são feitas num determinado território, antes de serem finalizadas, que houvesse uma apresentação e uma troca de impressões com a autarquia. A verdade é que, a pressa foi tal para fazer as obras que não houve essa troca de impressões tendo nós apresentado depois de feito... oh senhor deputado eu agradecia que me ouvisse... se não me quer ouvir eu termino aqui...

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor de continuar senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

É de lamentar senhor Presidente, ao fim de quatro anos de elevação nesta Assembleia, que o senhor deputado trate assim quando alguém está a falar com o maior dos respetos a responder às questões que estão a ser levantadas. E portanto, eu acho que isto é uma informação de interesse colectivo, são duas intervenções que são feitas em escolas da nossa cidade, cujo projecto foi feito, sem ter sido ouvida a Câmara, inclusivamente nenhuma delas acautelou como já foi público, o problema do



estacionamento, que é algo tão importante quer para os professores quer para os utilizadores, alunos e outros que tenham carro. Não houve o mínimo de cuidado nestes dois projectos, embora sejam obras importantes, já tenho dúvida se as obras a fazer serão as mais aconselhadas, penso que numa delas nem o património edificado que existia é respeitado, mas mais grave do que isto é não ter sido acautelado o problema do estacionamento. E a verdade é que a obra colide com aquilo que nós tínhamos programado e projectado para fazer no Largo Serafim Lopes Pereira. Portanto, penso que está respondido.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo senhor Presidente da Junta da Barreira, eu nunca me apercebi senhor Presidente. O senhor hoje está numa de fazer a sua campanha, fica-lhe bem, temos todos direito, mas ainda temos um bocadinho de tempo para começar a verdadeira campanha. Mas nunca me apercebi, antes pelo contrário, que a Junta da Barreira fosse prejudicada face às outras Juntas de Freguesia. E falar por falar, em abstracto, sem trazer exemplos práticos, fica a dúvida mas fica a dificuldade do julgamento.

O que eu lhe posso dizer e o senhor também sabe, misturando as duas intervenções, o senhor sabe que a intervenção na estrada da Barreira já começou. Pode não se ver, mas já começou, e começou por se fazer as infra-estruturas que o senhor sabe que são fundamentais para que a intervenção final fique uma intervenção de qualidade. Não estão à vista, estão feitas nas ruas paralelas mas a verdade é que estão a ser feitas e conforme estava programado. Portanto, é uma realidade, é uma obra importantíssima, nunca o negámos, assim como vai ser iniciada a obra da estrada dos Andreus. E senhor também sabe, porque foi informado devidamente, que ela não começou ainda porque hoje veio um assunto aqui à Assembleia Municipal que vai permitir o início dessa obra, tendo em conta que o Tribunal de Contas exigiu algo que nunca tinha exigido, que era a dotação para o ano que vem relativamente àquela obra concreta. E portanto, só por isto, não falando em mais nenhuma obra, estamos a falar de duas obras de grande dimensão para a Freguesia da Barreira. São obras importantes, são obras fundamentais, mas do ponto de vista financeiro e do ponto de vista estrutural são obras importantes. E portanto não consigo perceber onde é que o senhor vê a discriminação, eu não consigo ver e nem os seus colegas com certeza verão.

Senhor Presidente, eu terminava, não houve mais perguntas directas, hoje, como digo, esta última Assembleia é de balanço final de cada uma das bancadas, mas eu



iria dar a palavra a cada um dos senhores vereadores, penso que era absolutamente oportuno que o fizessem por duas razões. Primeiro porque é também a última Assembleia para eles, mas também porque foram-lhe colocadas perguntas directas e portanto eu começava por dar a palavra ao senhor vereador Vítor Lourenço, porque acho que há dois ou três assuntos que lhe foram dirigidos directamente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor vereador Vítor Lourenço.

***VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)***

Boa noite!

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados e restante público.

Eu hoje não tomei nota de nada porque vinha descansado para uma Assembleia de balanço, e nem sequer trouxe caderno de apontamentos, por isso não consegui apanhar aqui as apresentações que foram feitas, mas penso que a minha memória ainda não é falha e não me vou esquecer de dois assuntos que julgo que me foram colocados aqui directamente, não sem antes, com a licença e com autorização do senhor Presidente, porque é a minha última Assembleia nas funções que desempenho, gostaria de deixar aqui expresso a minha satisfação por ao longo destes anos participar aqui na Assembleia Municipal e nas discussões que foram aqui feitas, nos contributos que foram dados, nas temáticas da Educação e Cultura, mais da Educação naturalmente, em que foram apresentados aqui mais problemas e mais programas que mereceram mais atenção, e eu quero dizer que todas as vezes que aqui foram sugeridas questões no domínio da Educação foram sempre acolhidas. Eu penso que não tenho a minha conduta, nem pessoal nem nas funções que desempenho, nenhuma atitude antagónica em relação aos parceiros que estão no terreno sejam eles quais forem, e a Assembleia Municipal para mim foi um parceiro importante porque permitiu também que se discutisse pouco mas algumas vezes, embora eu considere poucas as discussões sobre património, sobre a cultura e sobre a educação, eu acho que as assembleias também deveriam debruçar-se mais sobre estes temas, mas enfim, foi o que foi possível, foi o que a circunstância proporcionou. Eu costumo dizer que ao longo destes doze anos de trabalho no Município ganhei muitos amigos e aqui ganhei também amigos com certeza, estima



pelo menos, não direi amigos do peito mas estima entre as pessoas que aqui participaram nas discussões. E portanto, queria deixar também esta palavra de agradecimento mútuo.

Eu congratulo-me a mim próprio ter participado e foi uma honra, foi um gosto, fi-lo com paixão muitas vezes, porque é a forma que tenho de estar na vida e nas coisas, e quando acredito acredito com paixão, e portanto quero dizer que poderei eventualmente ter cometido algum excesso mas isso todos nós cometemos, todos nós temos muitos defeitos e virtudes, e eu costumo dizer também que quando as virtudes têm o prato mais alto que o dos defeitos, estamos bem na vida.

Em relação às questões concretas que aqui foram colocadas, nomeadamente uma que deixou uma dúvida no ar, o protagonista da questão saiu, o deputado Domingos Carvalho, mas toda a gente sabe que o Agro Museu D. Julinha, na Ortigosa, nasceu pelas circunstâncias de uma doação e não por outro investimento qualquer ou aquisição do Município. Eu julgo que isto é do conhecimento de todos. Mas já que foi feita essa questão, gostaria apenas de deixar esta nota: Foram circunstâncias muito felizes, muito boas para o Município, está um projecto pedagógico e cultural em crescimento, um mês de abertura ao público foi excelente em termos de visitantes e participação de grupos, etc., nas actividades do Museu, e ele lá está para quem quiser vivenciá-lo, não só visitá-lo, porque tem um naipe de actividades e de propostas em permanência durante todo o ano, e julgo que é uma mais-valia enorme para o Município de Leiria, termos tido a felicidade de uma doadora ter tido aquele gesto para com o Município e que nós aproveitámos. Naturalmente que investiu-se dinheiro na musealização exemplar que lá temos, e julgo que não nos envergonha a nós, leirienses, nem pelo trabalho técnico nem pelo trabalho científico, nem pelo contributo social e cultural que de certeza vai dar ao Município.

Em relação às questões que foram aqui colocadas pelo senhor deputado Pedro Biscaia, relevando uma falta hoje à tarde na sua escola, mas eu não podia estar em dois lados ao mesmo tempo como sabe. Queria dizer-lhe que os contributos que foram dados para a Carta Educativa, pelo senhor deputado Carlos André, nós aqui tivemos a humildade de registar e isso é que me parece que é um exercício da democracia e de cidadania no exercício do poder, que fizemos durante todos estes anos no exercício de funções. E portanto, o exercício é também feito com minorias e maiorias e não podemos querer sempre que nem as maiorias tenham sempre razão nem que as minorias acabem por se sobrepor também àquilo que é o espírito com



que os cidadãos votaram na maioria que existe actualmente. Mas de qualquer maneira eu registei sempre, com muito agrado, as propostas e as discussões que aqui foram feitas, as discussões, as propostas e os alertas dos senhores Presidentes de Junta, foram muitos, e eu aproveito para nesse sentido também agradecer muito o trabalho neste domínio, sobretudo na Educação, que é aquele que tem mais tarefas diárias para desenvolver, doze meses por ano, são as da Educação, o nosso dia-a-dia da Educação é feito de muitas tarefas, de muitas coisas pequeninas que todas somadas constroem o edifício educativo que temos no Concelho, e os senhores Presidentes de Junta foram parceiros inexcusáveis no contributo, na participação, na cooperação com o Município e com os outros parceiros que trabalham connosco na Educação. Eu registei aqui várias vezes e hoje não podia deixar de, novamente, referir este facto, porque é um facto que me parece de enfatizar continuamente.

Mas por outro lado, não podia deixar também de dizer e tirar a dúvida ao senhor Presidente da Junta da Barreira, que tem naturalmente manifestado sempre grandes preocupações pelas questões da Educação, e está neste momento a manifestá-lo aqui na Assembleia, não me dará com certeza o benefício de não ter participado em dezenas e dezenas de reuniões ao longo destes anos, com as associações de pais, com as escolas, com as Juntas de Freguesia, com os agrupamentos, a tratar das questões da Educação. Esta semana já fui a três ou quatro agrupamentos e a grandes reuniões com pais e com Juntas de Freguesia. Com certeza que a minha presença na Junta da Barreira se calhar não foi considerada necessária, julgo que a Câmara esteve representada por técnicos do Município, não sei se esteve nessa reunião se esteve noutras, é evidente que há problemas para resolver na Educação e eu sempre o disse e continuo a dizer, o lançamento deste presente ano lectivo foi uma batalha, foi uma guerra enorme, dadas grandes e profundas modificações que foram feitas este ano, desde o dia 1 de Agosto até ao dia de hoje, porque em Julho nós tínhamos por exemplo, todo o trabalho da programação das AEC's completamente acabado, e a nova lei da contratação pública veio-nos dizer, depois dos pareceres jurídicos, que os acordos de colaboração com as entidades têm o mesmo valor, perante a nova lei da contratação pública, que uma adjudicação. Então, fizemos trinta e sete concursos no mês de Agosto só para as AEC's, por ajuste directo e até concursos públicos, fizemos vinte e tal concursos para a questão dos refeitórios escolares, tudo durante o mês de Agosto. Eu diria que este ano foi um ano de uma batalha enorme no domínio da Educação, porque houve muitas alterações



estruturais, não do funcionamento e do seguimento dos trabalhos que temos conduzido, e portanto foi um Verão extremamente difícil para toda a equipa da Educação do Município, tem sido difícil para os nossos parceiros, e está a ser difícil para todos. O que eu desejo é que o ano lectivo seja o mais fácil possível para os novos directores, para os agrupamentos, para as associações de pais, para as Juntas de Freguesia e para o Município. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

***FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)***

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador!

Cumprimentava a Mesa, senhor Presidente e todos os membros da Mesa, todos os senhores deputados e restantes presentes na sala.

Eu agradeço o desafio da senhora Presidente, tomei aqui algumas notas, poucas, de alguns senhores deputados, tenho pena porque o senhor deputado Domingos Carvalho já saiu, mas ele lançou aqui de uma forma amigável e amável algumas pequenas farpas, gostaria de lhe responder mas, uma vez que ficará registado em acta, penso que depois terá com certeza oportunidade de ver a resposta.

De facto ele disse que houve conversações, houve alguma atenção nas propostas que me ia fazendo, mas que houve muitas vezes discordâncias. De facto houve, existem pontos de vista completamente diferentes, que são assumidamente verificados por nós, e, quero que fique aqui bem claro que se fôssemos a levar à letra algumas das propostas dele, hoje ainda teríamos trânsito na Praça Rodrigues Lobo, como ele ainda há bem pouco tempo me referiu que seria desejável. E portanto, penso que isso diz tudo.

Ele também referiu o preço do parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana. Como sabem, existe um parque na proximidade que é o parque da Fonte Luminosa, que é um parque concessionado, os preços resultaram das propostas apresentadas em sede de concurso público internacional, e como é evidente, o Município de Leiria teria e tem que respeitar esses preços, que são apenas actualizados à medida que são publicados os índices de preços ao consumidor todos os anos. Mas, existem alternativas, e o próprio parque do Mercado de Sant'Ana é um parque que tem um



preço bastante aceitável, que é exactamente igual ao preço do estacionamento de superfície, e, existe o parque da Fonte Quente, que é um parque também gerido pelo Município de Leiria, e portanto hoje, em termos de estacionamento existem diversas ofertas que não existiam digamos no início desta gestão autárquica, desde o estacionamento gratuito aqui nesta envolvente, e se formos a ver, o estacionamento que foi criado na zona desportiva e noutros locais, a custo zero, é um estacionamento que está muito perto do centro da cidade, e portanto quem não desejar ou não puder por algum motivo pagar para estacionar, pode ainda assim de uma forma relativamente confortável, andar cinco ou seis minutos a pé e ficar no centro da cidade. É evidente que o estacionamento na “mouche”, no centro da cidade, tem um custo, é o custo do conforto, e como é evidente não poderíamos também fugir aos preços apresentados em concurso.

No entanto, devo aqui frisar, que há pessoas que julgam que os parques de estacionamento são o “el dourado” e são uma mina para quem os gere. Só para referir, os parques que são geridos directamente pelo Município, que é o parque da Fonte Quente e o parque do Mercado Sant’Ana, não são rentáveis, e portanto existe um défice de exploração, apesar dos preços relativamente baixos que são praticados, é preciso ver que há um custo, é preciso iluminar o espaço, manter o espaço, vigiá-lo, é preciso emitir a bilhética, é preciso dar a atenção que os parques exigem e que é exigido também por lei, e portanto esses custos de exploração não estão a ser totalmente suportados pelos utilizadores e é bom que isso se diga, há portanto aqui um custo que é suportado pelo Município de Leiria, que no fundo somos todos nós.

Anotei algumas questões do deputado Pedro Biscaia, mas foram respondidas pela senhora Presidente, nomeadamente em relação ao Largo Serafim Lopes Pereira, e em relação ao senhor Presidente de Junta da Barreira, levantou de facto aqui algumas questões pertinentes, nomeadamente a questão da limitação que a partir de agora ocorrerá em termos de acesso dos veículos automóveis ao Colégio da Cruz d’Areia, por imposição do Ministério de Educação imagino, e também por decisão do próprio colégio, é evidente que já há algum tempo que esta decisão tinha sido comunicada ao Município de Leiria, e de imediato nós, procurámos arranjar soluções alternativas de minimizar esta problemática que de facto vai acontecer. Mas é preciso, todos nós, pensarmos no seguinte:

As zonas envolventes estão consolidadas, e portanto, não é possível por um acto qualquer de magia, criar vias alternativas instantaneamente, sem mobilizar terrenos





que muitas vezes são de privados, como é o caso. E portanto, neste momento existe já uma geometria para criar uma situação muito mais confortável e de funcionamento eficaz na envolvente ao colégio, mas que envolve a cedência de terrenos privados, a construção de uma rotunda no lado nascente do Colégio da Cruz d'Areia, e, também existe um acordo com as responsáveis do colégio, para alargamento do muro frontal à escola para possibilitar uma faixa não para estacionamento mas para tomada e largada de alunos. Ora bem, isto está tudo perfeitamente acordado, não foi possível em tempo útil executar estas intervenções, porque como disse, é necessário mobilizar terrenos de privados que estão a ser ultimados e até também em sede de licenciamento de um empreendimento na envolvente.

Em relação ao apelo que fez ou preocupação que manifestou acerca dos transportes públicos e com alguma incompatibilidade de horários, eu julgo, e isso tem sido garantido pela Rodoviária do Tejo, que é a concessionária do transporte nesta área, que esses horários estão compatibilizados com o início das aulas. No entanto, eu próprio, no princípio da próxima semana, irei verificar se de facto há alguma possibilidade de, ainda assim, serem encurtados os timings de partida e chegada, para que não haja alunos a chegarem depois da hora do início das aulas, como é evidente. Mas julgo que essa questão está salvaguardada.

Eu não quero deixar de repisar uma resposta que a senhora Presidente já lhe deu, em relação à dualidade de critérios que o senhor Presidente mencionou na carta, eu tive oportunidade de a ler porque foi enviada muito recentemente, e portanto, se não teve resposta ainda com certeza que irá ter resposta. Eu penso que é uma carta já de pré-campanha, para não dizer de campanha, porque é um elencar de assuntos e opções políticas e portanto, faz parte. Mas não tem de facto razão em relação à dualidade de critérios e basta verificar, só por essas duas intervenções que a senhora Presidente referiu, são de um montante superior a um milhão e meio de euros, e portanto não é qualquer freguesia deste Concelho, que tem num ano investimentos dessa ordem de grandeza.

Por outro lado, e uma vez que também levantou aqui a questão dos transportes públicos, e se falou também, isto é uma questão genérica, das insuficiências de estacionamento nas escolas secundárias que estão agora a ser intervencionadas pela Parque Escolar, eu reforçaria aquilo que disse a senhora Presidente.



De facto as intervenções foram previstas e foram desenvolvidos projectos de execução sem qualquer intervenção do Município, achávamos que não deveria ser assim, até porque, nós temos a noção perfeita do conhecimento do território que eles não têm, como é evidente, e de facto, se tivesse havido essa intervenção desde início, a problemática do estacionamento não teria passado em claro. O Município de Leiria limitou-se, ultimamente, e quando recebeu os projectos para emissão de parecer não vinculativo, que é aquilo que diz a lei em relação a obras de iniciativa governamental, a concordar com o projecto e a chamar a atenção das insuficiências de estacionamento que não tinha sido previsto, e portanto apelar para que ainda fosse possível a sua construção, porque de facto ainda é possível, é evidente com mais alguns dispêndios de recursos financeiros, mas ainda é possível remediar esta situação.

De qualquer forma e como sabem, e como existe em funcionamento um circuito urbano designado por Mobilis, que todos os meses tem mais passageiros, tem mais utentes, estas duas escolas são servidas por este transporte colectivo e portanto com um incremento ainda e alguma mudança de hábitos de alguns pais e de alguns alunos, penso que por aí poderá passar parte da solução deste problema.

Se não for necessária mais a minha intervenção nesta Assembleia de hoje, não queria deixar também de assinalar a passagem por aqui, ao longo destes mandatos, primeiro na minha qualidade enquanto Presidente da Junta que fui, e por inerência também com assento nesta Assembleia, com muito gosto que tive, e estive também como secretário da Mesa já nuns mandatos atrás, nestes últimos três anos como vereador, foi um prazer e uma honra muito grande poder aqui estar nesta qualidade, foi sempre uma participação muito interessante com todos vós, e quero naturalmente agradecer a todos a colaboração que foi dada, todo o respeito que é mútuo e desejar como é evidente todas as maiores felicidades pessoais. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

Tem agora a palavra a senhora vereadora Isabel Gonçalves.

***ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DESPORTO)***

Muito obrigada senhor Presidente.



Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais público, comunicação social. A todos um cumprimento especial nesta que é a última Assembleia deste mandato.

Aproveito também para agradecer a todos a colaboração, e a forma como decorreram as assembleias, mas também no que respeita aos assuntos discutidos aqui dos meus pelouros, e agradecer também a especial colaboração dos senhores Presidentes de Junta.

Em relação às questões que aqui foram colocadas e que me cumpre esclarecer, devo começar pela questão posta pelo senhor deputado Lino Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, em relação à questão do loteamento da Fazarga.

Como o senhor Presidente sabe, e este esclarecimento devo fazê-lo aqui, o loteamento da Fazarga é um loteamento que já tem talvez uns quinze anos, eu não tenho presente exactamente qual a data do alvará inicial desse loteamento, mas é um loteamento cujo alvará data de mandato anterior ao primeiro mandato da Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno. E, no âmbito desse loteamento, que como disse teve um alvará, estava legalizado, foi construído num dos lotes um lar de idosos e tem estado a funcionar. Recentemente, esse lar de idosos foi sujeito a obras de ampliação cujo projecto entrou na Câmara para licenciamento de algumas ampliações e algumas adequações agora às novas regras que se impõem neste tipo de infra-estruturas. Portanto, é uma infra-estrutura social, que como todas as outras tanta falta faz, e o senhor Presidente vem aqui dizer que houve um diferimento deste processo muito célere. Houve, dentro da celeridade que nós damos a estes processos e a todos os outros, e ainda bem senhor Presidente e senhores deputados que há diferimentos céleres, até que enfim que alguém diz que os diferimentos dos processos na Câmara se resolvem com alguma celeridade.

Como sabe, este foi um diferimento absolutamente normal, o procedimento decorreu de uma forma normal. No entanto, o senhor sabe que eu sei e o senhor também sabe que há aqui outras duas situações, em cujos procedimentos e cujos processos andaram muito mais rápidos e que respeitam a duas situações, uma na Freguesia da Barreira e outra na Freguesia da Ortigosa. E esses sim, também duas unidades de questão social e que andaram mais rápido, isto porque nós temos em consideração que estas infra-estruturas fazem falta, e, tanto quanto possível, nós andamos com



elas à frente. O que se passa efectivamente com este projecto do lar, com a regularização de situações de alterações e ampliação desta infra-estrutura, foi sujeito a licenciamento e está concluído. O que se passa em relação ao loteamento da Fazarga, esse que tinha um alvará antigo, já neste mandato a Junta de Freguesia encetou um processo de alteração desse loteamento. A Junta de Freguesia e os restantes proprietários, uma vez que há nos vários lotes que vieram do alvará anterior, são detentores de alguns lotes. Em conjunto, a Junta de Freguesia e os proprietários dos outros lotes requereram à Câmara alteração ao loteamento. Alteração essa que, enfim, foi uma alteração profunda, designadamente com alteração até do próprio arruamento, da entrada no loteamento, alteração do espaço público que havia sido cedido anteriormente, portanto há uma série de alterações.

As alterações propostas foram aprovadas, e na fase final há, como é natural, o pedido de aditamento ao alvará. Esse pedido, é subscrito por todos os proprietários, Junta de Freguesia e proprietários, aliás, é subscrito pela Junta de Freguesia em nome de todos os proprietários, a Junta não se pode propriamente representar a proprietários privados mas nós aceitámos, sendo certo que, no seguimento deste requerimento do aditamento ao alvará para todos os lotes, há um dos proprietários que interpõe uma reclamação em relação à titularidade de um dos lotes. Como o senhor Presidente sabe, teve que ser suspenso o processo de emissão dos aditamentos ao alvará, porque o procedimento teve que ser sujeito a análise jurídica. E neste momento está em análise jurídica, quer pelos serviços jurídicos da Câmara quer com o próprio advogado que representa o reclamante, para se chegar a uma conclusão, sendo certo que no caso, e como os lotes estão todos separados em termos de, cada um tem a sua titularidade matricial, poderá ser possível julgamos nós, e essa é uma das conclusões para que se está a caminhar em termos jurídicos, fazer o aditamento a cada um dos lotes, à excepção daquele em relação aos quais há dúvidas e portanto nessa altura ficará o problema resolvido para a Junta de Freguesia, uma vez que é detentora de alguns lotes. Portanto, esta é a situação em que está, sendo certo que o lar de idosos e eu volto a referir, o projecto de ampliação do lar de idosos está de acordo com o alvará de loteamento existente.

E o senhor Presidente sabe o que se passa, não pode dizer que não porque foi consultar o processo, como aliás qualquer um dos senhores pode consultar, e sabe perfeitamente o que aconteceu e aliás, tivemos várias reuniões sobre isso, sabe perfeitamente a situação.



Em relação à questão que o senhor deputado Carlos Guerra colocou, das infra-estruturas disponibilizadas para os estudantes das duas escolas que se encontram em obras, no caso foram disponibilizadas as infra-estruturas do complexo desportivo dos Pousos, dadas as óptimas condições que ali dispõem, foram as escolhidas e foram escolhidas apenas nos Pousos, sendo certo que vão gerir entre o pavilhão e as outras infra-estruturas, porque a empresa Parque Escolar, que é quem tratou com a Leirisport, entendeu que por uma questão até de melhor gestão dos transportes das crianças e dos alunos, que seria preferível optar por um único lugar e então optaram pelo pavilhão dos Pousos. Isto foi algo tratado entre a Leirisport que foi contactada pela empresa Parque Escolar. Todos os pavilhões e todas as infra-estruturas desportivas têm um regulamento próprio, e portanto em qualquer circunstância são cumpridos esses regulamentos, o regulamento é conhecido de vós e está disponível na internet para que todos conheçam.

Eu julgo que com isto esclareci. Muito obrigada a todos.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Tem agora a palavra a senhora vereadora Neusa Magalhães.

***NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)***

Muito boa noite!

Neusa Magalhães, vereadora.

Queria, nesta que é a última Assembleia deste mandato, cumprimentar de uma forma especial, o senhor Presidente da Assembleia, os restantes membros da Mesa e felicitá-lo pela forma como tem dirigido os trabalhos desta Assembleia, com muito nível e com muita elevação, aliás, à semelhança do que tem sido o comportamento dos senhores deputados, e por isso felicito também a Assembleia e agradeço os contributos que aqui trouxeram e que enriqueceram estou certa, as áreas pelas quais eu sou responsável.

Queria também agradecer os contributos e toda a colaboração que os senhores Presidentes da Junta me deram ao longo destes quatro anos de mandato, assim como, as intervenções do público que aqui veio durante estes quatro anos e que, de certa forma, também nos alertaram para algumas situações que foram consideradas.



Houve aqui duas questões que me foram dirigidas, uma pelo senhor deputado Pedro Biscaia, relativamente aos valores da Valorlis e da SUMA, que é a empresa que faz a recolha dos resíduos indiferenciados e que faz a limpeza do nosso Concelho.

Eu não tenho de cor os valores, mas eu recordo-me que numa assembleia foram aqui apresentados até com a distinção de valores/despesa com a recolha, e valores/despesa com a varredura. E esses valores também foram enviados à Assembleia mas, eu terei muito gosto de na segunda-feira, logo pela manhã, enviar ao senhor deputado esses valores que tenho em meu poder e sei que eles foram remetidos à Assembleia e tenho muito gosto em os fazer chegar.

Queria também aproveitar a oportunidade para dar aqui um esclarecimento, julgo que foi o senhor deputado Francisco Francisco que falou no parque industrial de Monte Redondo, quando fez o balanço de alguns assuntos.

É para todos nós um projecto importantíssimo, quer para a Câmara quer para esta Assembleia, e foi aqui referenciado algumas vezes, isso denota a importância que tem para os senhores deputados, ainda bem, porque se trata de um projecto empresarial que em muito contribuirá para o desenvolvimento empresarial do nosso Concelho e da nossa região, e portanto eu queria aqui dar uma nota do ponto de situação.

Uma nota prévia para dizer que a Gestinleiria que é a empresa que foi constituída para adquirir terrenos, comercializar e construir o parque empresarial de Monte Redondo fez uma opção, e a opção foi adquirir os terrenos em Monte Redondo de uma forma amigável. Não quisemos partir logo para um processo expropriativo, e portanto fomos para a freguesia de Monte Redondo adquirir os terrenos, conversar com os proprietários e tentar adquirir os terrenos de uma forma amigável. Isto resultou, e agora vou passar a dar o ponto de situação das parcelas que já foram adquiridas até ao momento, e foram cento e setenta e oito, estou a falar da primeira e da segunda fase do parque, a primeira fase tem dez hectares e a segunda fase tem quarenta hectares, ambas totalizam cinquenta hectares, a área adquirida é de quinhentos e quarenta e quatro mil trezentos e noventa e dois metros quadrados, neste momento o total do investimento realizado é de 3,5 milhões de euros, e faltam, para a primeira fase, negociar apenas com dois proprietários.

E portanto, o caricato da situação é este, faltam-nos dois proprietários com parcelas que estão no coração da primeira fase do parque, e não conseguimos negociar com eles. Foi deliberado na Câmara em Julho de 2008, avançarmos para o processo de



expropriação. Foi assim que fizemos, avaliámos as parcelas, adjudicámos esta avaliação a um perito oficial, foi avaliado, o processo de expropriação foi remetido em Dezembro 2008 para a DGAL, em Fevereiro foram-nos pedidos alguns elementos, voltaram a ser pedidos elementos em Maio, porque a avaliação das parcelas na totalidade, parte delas ficavam fora desta primeira fase inicialmente, a DGAL assim o exigiu, foi de novo adjudicada essa avaliação ao perito, vai à próxima reunião de Câmara no dia 15 a confirmação dessa avaliação e o envio para a DGAL dessa avaliação.

O que eu queria aqui deixar bem claro, é que apesar do empenho, apesar do esforço da sociedade, deparámo-nos com esta situação e é esse o motivo do atraso, é esse o motivo pelo qual o parque ainda não avançou. Queria também dizer, que tudo indicava que esta aquisição amigável tivesse um bom fim, e por isso mesmo, em 2007 lançámos o concurso para a adjudicação das infra-estruturas. Temos vindo a pedir aos empreiteiros prorrogação de prazo, como a conjuntura não é favorável alguns empreiteiros têm-nos acompanhado nesse pedido de prorrogação, e portanto, nós, mesmo com este processo expropriativo para avançar na DGAL, o que eu queria deixar aqui expresso é que continuam as negociações. Ainda a semana passada, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo facultou-nos as instalações da Junta, tivemos uma nova reunião com um dos proprietários, que é aquele que tem o maior número de parcelas, porque um deles apenas tem uma parcela. Tivemos essa reunião, continuamos a intensificação de contactos com estes dois proprietários, pode ser que antes do processo de expropriação chegar ao fim se possa concluir esta negociação, mas este é o ponto de situação e portanto eu queria também aproveitar esta oportunidade para deixar esta Assembleia esclarecida.

E por último, para terminar, respondendo a uma referência que me foi dirigida pelo senhor Presidente da Junta da Barreira, queria só dizer-lhe o seguinte senhor Presidente, o meu conceito de solidariedade nem sempre coincide com o seu.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Foram pedidas à Mesa várias intervenções. A estruturação do período de “antes da ordem do dia” é clara. Há intervenções dos deputados que pediram para o uso da palavra e depois a intervenção da Câmara. É assim que está estruturado e é assim que desejo mantê-la, no entanto, vou abrir uma excepção porque penso que se



justifica e dar a palavra ao senhor deputado José Manuel Silva como líder da bancada da oposição.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhora Presidente e vereadores, caríssimos colegas deputados, comunicação social e serviços de apoio.

Uma primeira nota para pedir ao próximo Presidente da Assembleia Municipal, se ele aqui já estiver presente, que para além de disponibilizarem este equipamento informático, que nos possam permitir que tenhamos acesso à internet porque às vezes faz-nos falta. Há pouco eu queria verificar aqui uma coisa e não foi possível porque não temos ligação à internet. E, depois das intervenções dos senhores vereadores, uma nota para o deputado João Cunha, é que se os vereadores do PS também aqui estivessem imagine a que horas acabava a sessão.

Por outro lado, é bom sublinhar que estando nós quase em campanha eleitoral, quem aqui falou de campanha não foram os membros da oposição, foram os senhores que defendem aqui a Câmara e eventualmente a oposição ao actual Governo. Mas isto são só uma notas.

De uma forma mais séria e em relação a esta questão dos vereadores, eu penso que fomos aqui acusados de não respeitar a Câmara e eu queria dizer com toda a franqueza que não é disso que se trata, só que, a prática que existe nas assembleias de há muito tempo para cá, é de que, estão presentes aqui quem tem pelouros e quem naturalmente ao longo das sessões é suscitado pela senhora Presidente, que é quem normalmente lhe compete suscitar alguns esclarecimentos, ou seja, não faz sentido os vereadores do PS que não têm pelouros distribuídos estivessem aqui a fazer figura de corpo presente.

Relativamente à questão do Topo Norte.

O que o deputado Pedro Biscaia disse, foi que a senhora Presidente não apresentou aqui os dados, o que é verdade, apresentou-mos a mim, sem dúvida nenhuma, e eu dou aqui o meu testemunho disso. Eu não posso precisar exactamente a quem é que os enviei, mas sei por exemplo que ainda ontem mandei um mail a um dos meus camaradas que aqui está presente, em que lhe dava nota disso, só que quem acabou por fazer a intervenção relativa a esta matéria não recebeu esse mail e foi direccionado para outra pessoa.





De qualquer maneira eu recebi os dados, aliás, os dados até já foram utilizados publicamente numa intervenção que eu fiz e num texto que escrevi, e era isso que eu estava ali a pesquisar na acta, se alguma vez cheguei a utilizar aqui formalmente os dados que me foram fornecidos. Eles foram-me fornecidos mas também é verdade que a senhora aqui os não apresentou e portanto julgo que era nesse sentido que o deputado Pedro Biscaia estava a referir-se.

Uma nota sobre a questão das escolas para dizer o seguinte:

Eu evidentemente não acompanhei nem tinha que o fazer, a negociação que houve entre a Parque Escolar e a Câmara. Agora, uma coisa é verdade, houve sessões de apresentação dos projectos, que foram públicas, eu próprio fui convidado a título pessoal, para participar nessas sessões, não posso precisar neste momento quem da Câmara é que lá esteve, mas, qualquer pessoa nessas sessões podia intervir, pôr questões e levantar problemas e portanto quero crer, que teria havido toda a possibilidade de ter sido agilizado esse procedimento.

Relativamente também à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra do PCP, que tem que ver com o facto de se terem recuperado aquelas escolas e não outras. Isso tem que ver com as prioridades que foram consideradas e é bom notar que o trabalho que tem estado a ser feito pela Parque Escolar tem estado a ser feito em conjunto com as próprias direcções das escolas.

E posto isto, permitia-me só pedir-lhe senhor Presidente, que me deixasse usar um minuto para dizer o seguinte:

Estão a cumprir-se muito brevemente vinte anos que eu tenha participação directa como deputado ou indirecta como vereador na Assembleia Municipal, tal como o vereador Vítor Lourenço, que fomos colegas nessa época, e entretanto a Assembleia mudou muito. E eu gostava de deixar aqui o meu testemunho sem ser naturalmente lamechas, mas para assinalar um facto que me parece inegável, que é o de esta Assembleia ter sido de longe a Assembleia que ao longos destes vinte anos, que eu nelas participo, ter tido maior consistência de intervenção, de preparação, e sem dúvida nenhuma esta foi uma legislatura, digamos assim, de grande nível. E isso naturalmente que se deve a todos nós, ao Presidente, aos vereadores, aos membros que aqui participam, todos nós fizemos um grande esforço e nós do PS fizemos seguramente um grande esforço, como aliás isso hoje ficou aqui patente, tanto que fizemos esse esforço que às vezes incomodámos até mais, no calor da discussão lá



sai uma palavra ou outra, penso que temos todos que nos relevarmos uns aos outros, mas não queria deixar de dar esta nota.

Na altura o PS era um partido com uma pequeníssima representação na Assembleia, hoje temos uma representação muito mais substantiva, e todos nós trabalhamos e esperamos que na próxima Assembleia possamos ainda ter uma expressão maior e portanto acreditamos que isso é possível. Mas o que interessa aqui ressaltar é que ao longo destes anos se fez um grande progresso, e este progresso não é só na Assembleia, significa que houve progresso na vida política do Concelho. Isto significa amadurecimento da democracia. E portanto quando aqui são levantadas questões que é preciso progredir temos certamente que o fazer, mas é bom também ter em atenção o que já se alcançou e portanto nós estamos no bom caminho.

Eu não posso deixar de evocar aqui quanto essas antigas assembleias de há vinte anos atrás me entusiasmavam, havia aqui intervenções fantásticas de Presidentes de Junta emblemáticos, mas naturalmente aquilo que se trazia para aqui de emoção e coração às vezes não tinha sustentabilidade teórica, nem técnica. E realmente nos últimos anos, e particularmente neste mandato, ganhou-se muito nesse aspecto.

Eu também partilho, alguém há pouco já aqui fez uma chamada de atenção, não digo sequer um reparo, ao facto de às vezes o que se passa aqui não ser tão fielmente como nós todos gostaríamos de transmitir para a população. Eu penso que temos aí um caminho também a percorrer, porque realmente para quem se empenha nas assembleias, quem participa nelas, quem se prepara para fazer aqui intervenções, às vezes vê reduzido (não digo meia página mas uma frase, são três ou quatro linhas) tudo o que se fez aqui durante uma noite na Assembleia. Não é que isso nos afecte a nós, que aqui fazemos intervenções, agora não traduz o que aqui se passa, nem consegue transmitir à população em geral a importância que as assembleias têm e a importância das temáticas que aqui são tratadas, porque os membros da Assembleia vêm para aqui para dizer umas coisas, ou numa versão menos positiva para se insultarem uns aos outros, estão claramente a desvirtuar uma das potencialidades da democracia, neste caso da democracia local, que é o facto de todos nós podermos discutir de uma forma muito elevada, as questões que são importantes para todo o Concelho.

E eu queria terminar a minha intervenção, deixando aqui a minha enorme satisfação, o prazer até com que eu participei em muitas destas assembleias, embora eu tenha faltado algumas vezes por razões de natureza profissional, mas o prazer que me deu



participar nos trabalhos desta Assembleia, agradecendo a todos os colegas que aqui estão, sejam de que partido forem, desempenhem as funções que desempenham, porque foi realmente um momento muito interessante, que me fez crescer, também se o posso dizer que me ajudou, que me permitiu talvez aperfeiçoar alguns aspectos da minha intervenção cívica, e devo-vos isso, e quero-vos agradecer por isso e desejar que a próxima Assembleia seja ainda melhor que esta, que os passos que já se deram na qualificação da Assembleia que possam ainda sem dúvida nenhuma ser mais consistentes e que deste órgão que é eminentemente político possamos continuar a aprofundar aquilo que também às vezes falta nestas coisas que é uma razão técnica mais sustentada, para que nós não nos fiquemos às vezes tanto por aspectos da rama mas possamos ir ao âmago dos problemas, seguramente em prol das populações. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado. Agradeço as suas palavras, penso que valeu a pena voltar à intervenção. Eu já disse que não pode haver mais intervenções.

Eu apenas queria responder ao senhor deputado José Manuel Silva com duas notas. Primeiro, por coincidência, certamente não foi mais do que isso, fui a primeira pessoa a chegar a esta sala depois das duas pessoas que a prepararam, e tínhamos estado a ver as condições para a instalação da internet sem fios nesta sala, que pode ser feita de uma forma pouco dispendiosa, desde que, a sala e os serviços dos Centro Associativo tenham uma rede capaz. Simplesmente não está a funcionar neste momento.

Queria também dar uma nota em relação aos senhores vereadores do Partido Socialista. Eu empenhei-me pessoalmente, até pelas razões pessoais muito antigas que tenho com um deles, em ver se virava um pouco isso. Foi constrangedor para mim e devo dizer que ao contrário da interpretação que o senhor deputado deu, o regimento é muito claro e não diz se tem pelouro ou se não tem pelouro, devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, e a verdade é que, na maior parte das vezes não assistiram.

Apenas dizer, com muita mágoa minha, que tentei modificar esse estado de coisas e eu até posso compreender por algumas outras razões. Mas eu acho que não se perdia nada se isso tivesse acontecido, seria dignificante para a Assembleia, para todos nós, e penso que no futuro, sejam quais forem as circunstâncias políticas que prevalecerem, que esse estado de coisas possa ser modificado.



Muito obrigado a todos.

Senhor deputado a Mesa é soberana e a Mesa decidiu. Se quer apresentar um voto de protesto...o voto de protesto foi apresentado, foi lido pelo próprio autor, teve uma resposta, o que é que quer fazer mais? O senhor Presidente da Junta tem aqui um documento de três páginas, foi bem claro, leu-o todo, se quiser lê-lo ou se entende que as pessoas não perceberam...

Senhor deputado, sob pena de perder a legitimidade por alguns elogios que já recebi hoje, o assunto está encerrado neste momento. SE o senhor deputado Carlos André quer apresentar um outro voto de protesto em nome da bancada do Partido Socialista, naturalmente que ela terá cabimento dentro do regimento.

### ***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente reconheço-lhe todo o bom senso e subscrevo todas as palavras que foram dirigidas em relação ao bom senso com que o senhor Presidente dirigiu esta Assembleia. E sugiro que se mantenha o bom senso e que tenhamos um pouco de serenidade. A única coisa que aconteceu é que há um membro da bancada do Partido Socialista, um Presidente de Junta eleito em listas do Partido Socialista e refiro-me ao senhor Presidente da Junta da Barreira, a quem eu ouvi bem, do sítio onde estava "desejo apresentar um voto de protesto", e não lhe foi concedida a palavra para algo que é um direito regimental. Não assiste, creio eu, ao senhor Presidente da Assembleia, nenhuma legitimidade do ponto de vista regimental, para lhe recusar a apresentação de um voto de protesto. O outro caso, se o senhor Presidente diz que o protesto já está apresentado na carta, o do senhor Presidente da Junta de Santa Catarina, o senhor Presidente ajuizará e sobre isso não me pronuncio porque não detenho o conhecimento dos factos. Mas eu sentado no meu lugar ouvi, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira dizer "quero apresentar um voto de protesto. Se isto é verdade, ele tem direito a fazê-lo regimentalmente.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado Carlos André eu perguntei aos dois secretários da Mesa se tinham ouvido esse termo de apresentação de voto de protesto, nem eu nem os dois secretários o ouviram. Se foi apresentado nesses termos eu peço desculpa. É natural que o senhor deputado tenha ouvido, está muito mais perto, agora devo dizer,



corrijo, se o senhor Presidente da Junta da Barreira entende apresentar um voto de protesto, naturalmente que tem o direito, tal como o dei a si também o daria a ele. Portanto, eu peço que neste aspecto o assunto seja corrigido, eu corrijo o assunto e espero que essa falta me seja relevada porque honestamente não ouvi. Faça favor!

***DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)***

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

A razão do protesto tem só ver, porque eu na minha intervenção fui claro, porque a minha intervenção tinha mais duas páginas, que era a carta que eu escrevi ao Município, onde estão elencados os assuntos que a senhora Presidente diz que eu não apresentei. Eu pedi ao senhor Presidente para fazer o favor de ler essa carta, porque assim talvez a senhora Presidente a ouvisse e talvez lhe respondesse. Agora, se não quiser ler a carta, eu sei os assuntos de cor, posso citá-los aqui...

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhores deputados, isto não é razão para alterarmos a disciplina que tem imperado aqui às reuniões da Assembleia. Mais uma vez e repito a mesma coisa que disse em relação ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra. O senhor Presidente da Junta da Freguesia da Barreira, ou leu a carta ou referiu os assuntos que nela estão referidos...

***DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)***

Não li não! Isso fazia parte da minha intervenção. Eu pedi-lhe para o senhor fazer o favor de ler, podia ser que assim a senhora Presidente o ouvisse.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor Presidente! Temos tido uma relação muito cordial, agradeço-lhe até aquilo que hoje disse aqui. Eu tenho aqui uma carta dirigida à senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria. Não é dirigida ao Presidente da Assembleia, não é dirigida à Assembleia. O senhor Presidente teve a oportunidade de a ler se quisesse, de dizer o que quisesse sobre ela, alguns dos assuntos referiu outros não referiu. Não é este o momento e ficará registado em acta o seu voto de protesto mas, a minha interpretação, é que ele não tem razão de ser.



***DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)***

Eu, há quatro anos atrás, na primeira intervenção que fiz era um político inexperiente. Reafirmo essa minha condição, até porque tenho a mesma sensação que tive há quatro anos atrás, que são as pernas a tremerem e o sangue a correr com mais força. Agora, se o senhor não tinha intenções de a ler, porque eu pedi-lhe isso, o senhor podia ter dito que não e eu li-a. Era só. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Antes de entrarmos no período da “Ordem do Dia” e como tinha sido prometido inicialmente, temos as duas actas das sessões nº 3 e 4 de 2009, realizadas respectivamente nos dias 26 de Junho de 2009, sessão ordinária, e no dia 6 de Julho de 2009, sessão extraordinária. Os senhores deputados receberam estes dois documentos, certamente que os leram, e eu pergunto se alguém tem alguma intervenção a fazer sobre o teor da acta, alguma correcção a fazer ou algum comentário a algum dos assuntos referidos na acta.

Não havendo, vou colocar a acta da sessão ordinária de 26 de Junho de 2009 à votação.

Quem vota contra

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, quatro abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 26 de Junho de 2009.**

A seguir temos a acta da sessão extraordinária de 06 de Julho de 2009!

Quem vota contra

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, sete abstenções, aprovar a acta da sessão extraordinária de 06 de Julho de 2009.**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Terminamos assim senhores deputados, o período de “Antes da ordem do Dia”, vamos entrar no período da Ordem do Dia.





## **ORDEM DO DIA**

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

**1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO**, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

Senhora Presidente deseja usar da palavra?

A senhora Presidente prescinde.

Alguém pretende usar da palavra para discussão destes relatórios?

Faça favor senhor deputado António Sequeira.

### ***DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)***

António Sequeira, PS.

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores.

O senhor deputado João Cunha, na sua curta intervenção há pouco, invocou aqui os profetas da desgraça. Eu imagino que profetas da desgraça sejam aquelas pessoas que conseguem adivinhar o futuro, prenunciando algo de menos bom, e que depois são pejorativamente apelidadas de profetas da desgraça, porque a realidade veio provar que não tinham razão. Penso eu que será esta, uma interpretação correcta do termo e das circunstâncias em que o senhor o usou.

Eu não sei se o senhor deputado leu o relatório financeiro relativo a este período, período esse que terminou em 31 de Agosto. Eu não costumo referir-me a estes relatórios intercalares, porque acho que não vale a pena estar a maçá-los ainda mais do que já acontece com as minhas análises do plano de actividades e orçamento e das contas anuais.

Mas hoje, em virtude de ser a última oportunidade que temos para o fazer neste mandato, não quis deixar de analisar este relatório financeiro intercalar, coisa que provavelmente o senhor deputado João Cunha não teve tempo para fazer, porque senão não nos apelidaria de profetas da desgraça. E se o tivesse lido, entendia-o, porque como é habitual estes relatórios são explícitos e esclarecedores. Se depois de o ler, nos viesse procurar convencer porque que é que a situação financeira da Câmara está como está, invocando argumentos relacionados com a conjuntura que até poderão em parte justificar o agravamento, tudo bem. Se viesse aduzir que a



crise instalada é culpada disso mesmo, por diminuição das receitas, de algum aumento de despesa, diminuição de arrecadação de impostos, menos casas que se fazem e que se transaccionam, menos obras que se fazem, menos lucros nas empresas, tudo isso era aceitável. Agora vir chamar profetas da desgraça a quem aqui argumenta com base na crueza dos números que os documentos nos mostram, acho descabido.

Vou ser muito breve, chamando-lhes a atenção de que vou referir-me à variação dos 12 meses que abrangem o período que terminou em 31 de Agosto.

As receitas diminuíram 13%. Não acontecia desde 2006 no mês de Agosto haver receitas inferiores ao mês homólogo do ano anterior. A receita atingiu os 39,3 milhões de euros, o que linearmente projecta uma receita para o fim do ano de 58 milhões de euros, que representam menos de metade do que foi orçamentado (118 milhões de euros).

Uma das quebras nas receitas mais significativas, foram os impostos. Digo-vos que desde Agosto de 2007 para cá, a Câmara já viu a sua arrecadação de impostos baixar quase 3 milhões de euros, o que é um montante considerável. Com alguma preocupação se verifica que as receitas com base local (vitais para a saúde financeira de um município) se têm degradado significativamente.

É preciso recuarmos até 2005 para encontrar receitas tão baixas como temos este ano. Como tenho vindo sistematicamente a dizer, conhecem-se as razões que estão a agravar esta situação.

Entretanto as despesas diminuíram somente 6%, apesar do custo dos juros bancários ter caído 26%.

Em suma as receitas caíram 13% e as despesas só baixaram 6%, o que prenuncia um agravamento acelerado das já frágeis contas desta exploração.

O montante das facturas por liquidar decresceu quase 5 milhões de euros porque, como todos sabemos, o estado abriu facilidades às autarquias para poderem diminuir os prazos de pagamento aos fornecedores. Mas, mesmo assim remanescente das facturas por liquidar, ainda representa 53% por cento da receita da Câmara de um ano inteiro.

Como já disse, a receita vai previsivelmente ficar a menos de metade: 58 milhões dos quase 118 orçamentados. Em relação à dívida e pelo que este documento que estamos a analisar me diz, os números parecem-me não coincidir com o que já foi





referido nesta assembleia. A dívida global real será 82,7 milhões de euros, sendo 20 milhões em facturas, 58,2 milhões em bancos e 30,8 milhões ao Estado. Assim sendo temos uma dívida de 82,7 milhões de euros e uma receita anual provável de 58 milhões de euros, logo correspondendo a dívida, a 142% da receita do ano.

Recentemente li uma intervenção que o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, fez aquando da realização da Universidade de Verão do PSD, que disse mais ou menos isto: "O país estaria melhor se alguém com eu estivesse no Ministério das Finanças, porque se assim fosse, uma das medidas que preconizava era que jamais a dívida de uma autarquia podia superar metade da receita orçamental.

Muito obrigado

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora Presidente vai usar da palavra. Faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Naturalmente que é importante eu responder a algumas das observações feitas sempre com grande elevação pelo senhor deputado Sequeira.

A primeira delas é que há efectivamente uma quebra de receitas, pelas razões que o senhor ali explicou, mas não só face ao esperado. No que diz respeito aos impostos teve a ver com as razões de conjuntura, diminuição de recolha de IMI e IMT, sobretudo no nosso caso a grande quebra é de IMT, não de IMI, a diminuição de IMI comparativamente ao ano anterior é muito pequena, muito pouco significativa, agora há uma quebra significativa de IMT e por duas razões. A primeira delas naturalmente por diminuição de transacções, e a segunda porque, quer no ano passado quer no ano anterior, foram feitas recuperações de IMT, face aos critérios de avaliação que tinham sido introduzidos, que naturalmente provocou que nos anos anteriores tivesse havido receitas anormais de IMT, que não vão naturalmente manter-se mesmo numa situação de conjuntura económica mais equilibrada face à que existe hoje. Mas há uma segunda razão para a não realização de receitas expectáveis, que é efectivamente o QREN. Eu não queria voltar a falar nisso porque acho que é algo que nos tortura desde 2007, mas não posso deixar de o fazer. É confrangedor que a nível nacional não tenha havido ainda transferência de um único euro para nenhum Município deste País com verbas do QREN. É perfeitamente inqualificável que isto



aconteça mas é uma realidade. E portanto, o que nós devíamos estar, quando fazemos as previsões da despesa e eu expliquei isto aqui, quando fazemos as candidaturas ao QREN, e nós temos variadíssimas candidaturas aprovadas, estamos a falar de candidaturas aprovadas para o Município de Leiria aprovadas efectivamente, cerca de quarenta milhões de euros, o que é muito significativo, a verdade é que as candidaturas estão aprovadas, mas do ponto de vista processual tem havido um arrastamento anormal. Primeiro houve na aprovação das candidaturas, porque as candidaturas foram aprovadas este ano e algumas delas muito recentemente, e portanto não há capacidade nenhuma, não houve até agora, de prever o ritmo de realização das obras, porque ninguém se mete a fazer obras sem saber se tem o financiamento garantido, nem depois de o financiamento estar garantido, o ritmo de execução de forma a podermos ter as receitas vindas do QREN. Eu penso que isto é de lamentar, é muito grave isso que se tem passado no País, eu volto a dizer que nunca considerarei que houvesse qualquer intenção política por parte do Governo, o que eu achei sempre é que houve incompetência no tratamento do QREN, isto é, o objectivo da centralização e de alteração de um sistema que estava implementado e com sucesso, não tem qualquer tipo de razão de ser e foi confrangedor do ponto de vista de gestão, sem dúvida nenhuma. Portanto, é essa a razão sendo que, não há dúvida nenhuma que enquanto a conjuntura económica se mantiver em situação de crise, a perspectiva de aumentos de impostos de arrecadação directa não é muito optimista e portanto, naturalmente tem que haver as respectivas adaptações a essa situação.

Quando há pouco o senhor deputado Sequeira também dizia que havia um valor significativo de facturas por liquidar, apesar de ter diminuído, diminuiu efectivamente, só que aqui nas receitas ainda não entrou o valor do empréstimo cuja autorização foi concedida por esta Assembleia em Fevereiro. Nós aprovámos nesta Assembleia o empréstimo do denominado "Pagar a Tempo e Horas", que se arrastou de Fevereiro até Setembro no Tribunal de Contas, para ser aprovado. O nosso e o do País inteiro, das outras autarquias que recorreram a este tipo de solução, e porquê, por uma razão simples. Quando nós apresentámos o pedido de empréstimo, ele tem duas partes como o senhor sabe, uma parte da banca comercial e outra do Estado, não havia nenhuma orientação, pelo menos foi o nosso entendimento e foi o do restantes Municípios, e até da Associação Nacional de Municípios, que não podíamos incluir nas facturas em dívida facturas a empresas públicas, incluímos tudo. A



verdade é que o Tribunal de Contas considerou numa leitura que nós consideramos também demasiado purista, até podemos admitir que foi o entendimento deles, que todas estas facturas deviam ser expurgadas do valor do empréstimo. Assim começámos a fazer. Em determinada altura, houve um director-geral do Tesouro, que entendeu que o espírito do Governo quando fez a legislação era que estivesse lá tudo, independentemente de quem fosse neste caso o credor. A verdade é que fizemos isso, voltámos a enviar para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas disse que não havia nenhum director-geral que se sobrepusse a uma lei do Governo. E volta o empréstimo para cá, volta a corrigir, e este fadário correu desde Fevereiro até Setembro. Portanto, quando o senhor aqui refere que diminuiu diminuiu, mas ainda diminui mais com a entrada dessas verbas vindo do empréstimo que entrou em Setembro e que nos vai permitir cumprir o prazo médio de pagamentos como tinha sido negociado com o Governo e que até inclusivamente em relação ao primeiro Pagar a tempo e Horas, nós já estamos a ultrapassar aquilo que tinha sido negociado com o Governo para que a própria Direcção-geral do Tesouro e Finanças nos comunicou que pelo facto de nós estarmos a superar o valor que tinha sido negociado, porque quando negociamos este tipo de empréstimo há regras definidas pela direcção-geral e pelo Ministério das Finanças, que diz que emprestam, na parte que respeita ao Estado, mas têm que ser cumpridos rigorosamente determinadas regras, é um contrato que é assinado. Se o contrato for cumprido, todos os valores de juros e taxas de juros negociados mantêm-se, se o valor negociado for superado há uma diminuição. E a verdade é que nós em Junho de 2009, recebemos uma carta da Direcção-geral do Tesouro e Finanças, em que diz que pelo facto da Direcção Geral das Autarquias Locais ter apurado para o ano de 2008, primeiro contrato do Pagar a Tempo e Horas, um prazo médio de pagamentos de cento e dez dias, e portanto verificou-se uma superação do objectivo anual em apreço e como tal serão deduzidos 0,20% nas negociações inicialmente havidas.

Portanto, a verdade é que este valor que o senhor deputado Sequeira diz que melhorou, melhorará muito mais com a entrada destes fundos que chegaram agora em Setembro, após a finalização da aprovação do Tribunal de Contas.

Quando o senhor deputado Sequeira refere a questão da dívida, é preciso que se note que da dívida cinquenta e oito milhões são a longo e médio prazo. O que eu acho que não se pode de maneira nenhuma dizer, que quando se faz as contas em termos de receitas anuais, ninguém está a imaginar que as receitas anuais são para



pagar uma dívida que é composta por cinquenta milhões de euros só para médio e longo prazo. Portanto, se me disser que são dívidas de curto prazo, naturalmente tem que haver receitas que cubram essas dívidas a curto prazo, quando estamos a falar da dívida total que o senhor aqui falou, que são o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2008, que são de sessenta e dois milhões, a instituições financeiras e mais três milhões ao Estado onde está o primeiro empréstimo do Pagar a Tempo e Horas, destes a instituições financeiras são todos a médio e longo prazo, e portanto o que tem que haver são receitas para suportar a amortização da dívida e os respectivos juros. Era este o esclarecimento que eu queria fazer senhor Presidente. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Passamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

**2. XVII MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO –  
II REVISÃO – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu já expliquei há pouco, quando falei na estrada dos Andreus, numa resposta ao senhor Presidente da Junta da Barreira, adiantei alguma coisa sobre este ponto.

Esta alteração tem a ver exactamente com essa obra, essa obra estava prevista ter um valor não definido para o ano, porque não sabíamos exactamente o valor e qual o reflexo que iria ter no ano de 2009, e isto até agora no Tribunal de Contas sempre que foi apresentado assim, não houve qualquer problema. Actualmente o Tribunal de Contas quer que esteja absolutamente expresso qual é o valor que esta obra vai ter efeitos no ano de 2010, e portanto temos aqui uma alteração que apenas diz respeito ao orçamento de 2010 mas que o Tribunal de Contas assim exige para poder visar finalmente a obra da estrada dos Andreus.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Algum comentário?

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem vota a favor?

Quem se abstém?



A Assembleia

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, duas abstenções aprovar a II Revisão (XVII Modificação) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.**

**3. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –** Apreciação, discussão e votação;

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

São três protocolos na área da Educação, eu acho que está claro, são dois da Freguesia da Maceira e um da Freguesia da Caranguejeira, são pequenas intervenções que necessário fazer nalgumas das escolas das respectivas Freguesias.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado Carlos Guerra.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Carlos Guerra, PCP.

Em 04 de Agosto de 2009 foi à reunião do executivo uma proposta de minuta de protocolo de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Maceira, para a requalificação de equipamentos educativos na EB1 e Jardim de Infância de Maceira Liz, no valor de cento e quarenta mil euros. Em 01 de Setembro de 2009, foi novamente à reunião de Câmara uma proposta de minuta de protocolo de delegação de competências, a celebrar entre a Câmara e a Junta de Freguesia da Maceira para a requalificação de equipamentos educativos na EB1 de A-dos-Pretos, no valor de quarenta mil euros. Nada nos move contra a requalificação das escolas, antes pelo contrário, achamos que é matéria prioritária. Nada nos move contra a Freguesia da Maceira, antes pelo contrário, e achamos que é uma das partes do território do Concelho mais carente em investimento municipal. Nada nos move contra o instituto da delegação de competências, antes pelo contrário, desde que usado com rigor e no cumprimento da lei. Mas esta situação, em menos de um mês, haver duas propostas de protocolo com a mesma Junta de Freguesia para requalificação de equipamentos educativos, vem demonstrar a falta de planeamento e de método que continua a imperar nas acções do executivo. Vamos votar favoravelmente estas propostas, mas votando-as favoravelmente não podemos deixar de levantar algumas questões.



Somos defensores de que haja delegação de competências nas Juntas de Freguesia mas acompanhadas das respectivas e necessárias condições técnicas e financeiras. Em muitos casos dos protocolos aprovados, pode provocar no nosso entender, uma fuga às novas e complexas regras e procedimentos da contratação pública. Não sabemos se as Juntas de Freguesia têm capacidade técnica e humana para cumprir os formalismos exigidos no diploma que regula esta matéria, ou se os serviços municipais estão em condições de lhes prestar o apoio e se o estão a fazer. É bom que a senhora Presidente da Câmara esclarecesse isso.

Veja-se a primeira situação referida, cuja transferência se cifra em cento e quarenta mil euros. O valor limite para o ajuste directo sem consulta é de cento e cinquenta mil euros, e estamos pois, praticamente, no limite para este tipo de procedimento. Por outro lado, a lei prevê situações em que há restrições na escolha das entidades convidadas, e finalmente, prevê que a celebração de quaisquer contratos na sequência do ajuste directo, deve ser publicitada pela entidade adjudicante no portal da internet, sendo esta publicação condição de eficácia do respectivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeito de quaisquer pagamentos. Será que a Câmara tem prestado o acompanhamento devido não só no aspecto técnico mas também administrativo? São essencialmente alertas e chamadas de atenção que aqui deixamos, numa matéria em que a transparência, a igualdade entre os concorrentes e o bom uso dos dinheiros públicos tem que ser salvaguardados, e nós, quando aqui votamos, temos que ter a certeza de que os princípios da legalidade, da igualdade e do bom uso dos recursos públicos e da livre concorrência não são postos em causa.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Mais alguém quer usar da palavra acerca deste assunto?

Faça favor senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Eu dava a palavra ao senhor vereador Vítor Lourenço para explicar a situação concreta da Maceira. Mas quero dizer ao senhor deputado que o apoio técnico administrativo relativamente a qualquer tipo de delegação de competência e de concurso ou forma de adjudicação de qualquer obra que a Junta de Freguesia leve a efeito, tem o apoio incondicional da Câmara, e portanto, o próprio protocolo prevê



isso, e tem o acompanhamento dos serviços técnicos da Câmara relativamente ao tipo de obra. A responsabilidade do ponto de vista do controlo e da lei é da própria Junta de Freguesia. Agora, compete à Câmara, porque está previsto no protocolo, dar todo o apoio técnico e administrativo à Junta de Freguesia. E portanto, nós fazemos isso sem nos intrometermos respeitando a autonomia e a independência da respectiva Junta. O nosso papel é de apoio incondicional sempre que a Junta de Freguesia nos pede e continuaremos a fazê-lo. O senhor repare que obras de uma determinada dimensão não são feitas através de delegação de competências, que eu me lembre, aqui durante todos estes anos de delegações de competências e a experiência já é larga, só me lembro de uma obra com algum peso, que até foi feita com a Junta de Freguesia da Maceira, curiosamente, que é o Mercado da Maceira. De resto, são feitas pequenas obras, pequenos arruamentos, pequenas reparações, mas sempre com o apoio incondicional em todos os aspectos, quer técnicos quer administrativos da Câmara. Relativamente à questão concreta do valor e da escola da Maceira o senhor vereador irá dar a explicação necessária.

***VÍTOR LOURENÇO (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)***

Vítor Lourenço, vereador.

A escola teve um projecto inicial que teve que ser ampliado e portanto a delegação de competências teve que ser alterada. Às vezes na mesma escola e no mesmo ano, já aconteceu aqui, virem duas delegações de competências, porque quando se executa o projecto na primeira fase da delegação, é para fazer uma determinada obra e depois chega-se à conclusão que se tem que fazer mais obra e altera-se o objecto da delegação ou faz-se um novo protocolo quando é caso disso. Isso já aconteceu variadíssimas vezes, e depois, na questão que a senhora Presidente enunciou, queria dizer-lhe só que a Câmara não pode pagar despesas das delegações de competências sem os Presidentes de Junta apresentarem os documentos legais da sua execução financeira. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Vamos votar estes protocolos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar os protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia de Maceira e Caranguejeira.

**4. AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DO TRAÇADO DA VIA PÚBLICA DENOMINADO «TRAVESSA DA VINAGRA» SITO EM MIOTEIRA, FREGUESIA DE CARVIDE –** Apreciação, discussão e votação;

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente, eu dava a palavra à senhora vereadora Isabel Gonçalves para explicar.

***ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DESPORTO)***

Isabel Gonçalves, vereadora.

Esta é uma situação de um arruamento de um caminho público, que a Junta de Freguesia de Carvide decidiu alterar em parte o seu traçado, promovendo um traçado muito mais correcto desse caminho. Portanto, houve necessidade, nos termos da lei, de aprovar em Câmara o que foi feito, a alteração do traçado desse caminho, porque a Junta como referi, procedeu com o acordo dos proprietários que ladeavam esse caminho, a essa alteração, e agora é necessário que esta Assembleia delibere sobre a afectação desse caminho ao domínio público municipal, e portanto é isso que está em causa, é uma situação já idêntica a outras que aqui têm acontecido. É uma simples alteração de um traçado de um caminho efectuado pela Junta de Freguesia de Carvide. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Alguém quer discutir este assunto?

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?





A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar a afectação ao domínio público municipal do traçado da via pública denominado «Travessa da Vinagra» sito em Moteira, Freguesia de Carvide.

**5. ALARGAMENTO AO TRAÇADO DA ESTRADA ATLÂNTICA E CRIAÇÃO DE CICLOVIA. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL –** Apreciação, discussão e votação;

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente se me permitir dou a palavra ao senhor vereador Fernando Carvalho.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor vereador.

***FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)***

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador!

Antes de explicar exactamente porque é que este assunto vem aqui hoje e foi agendado, eu penso que deveria fazer uma resenha desta obra.

Isto é uma obra que foi prevista já há imenso tempo, e está por isso mesmo atrasada, como é do conhecimento de todos, por diversas vicissitudes que convém que sejam do conhecimento de toda a gente. O senhor Presidente da Junta do Coimbrão conhece estas vicissitudes, de qualquer foram, eu gostaria, e até porque é uma obra que interessa a todo o Concelho, a todos os habitantes, convinha dizer o seguinte:

O concurso público foi lançado há imenso tempo, na sequência desse concurso público houve reclamações de concorrentes, houve intenções de adjudicação, houve o contraditório que foi dirimido depois na área jurídica do Município de Leiria, e após



o tempo que é necessário dar, pelos instrumentos legais foi então feita a adjudicação definitiva.

Esta obra tem dois financiamentos, tem um pequenino financiamento do programa PETER, tem a ver com o turismo, aliás é uma das obras âncora do programa PETER para esta região, e tem um financiamento da contratualização do QREN. Ora bem, o que acontece é que, há imenso tempo e agora não posso é precisar a data, mas seguramente desde o fim do ano passado, que esta obra aguarda o visto do Tribunal de Contas por uma razão. É que, não pela questão da contratualização do QREN mas pelo financiamento do programa PETER, como disse é relativamente pequeno, esse programa aguarda um despacho de prorrogação do senhor Secretário de Estado, já há imenso tempo, porque o programa terminava já no final de 2008.

Ora bem, temos vindo a insistir com frequência com o gabinete do senhor Secretário de Estado do Turismo, e o programa PETER não foi ainda prorrogado e dizem-nos que vai ser muito em breve. E portanto, esta é uma das razões deste atraso. No entanto, agora, esta é uma explicação adicional, porque é que vem hoje aqui esta questão do reconhecimento do interesse público desta obra, é que pela primeira vez, qualquer uma das intervenções na Estrada Atlântica feita pelos Municípios, é-nos pedido também esta declaração de interesse porque a Estrada Atlântica atravessa um sistema ainda dunar. Apesar de estarmos ainda afastados da costa, está ainda no sistema dunar protegido e bem, são as dunas secundárias, e não há possibilidade de se fazer a intervenção hoje, apenas com um simples parecer do Ministério do Ambiente ou da CCDR de Coimbra, porque envolvendo sistemas dunares não pode ser enquadrada nas acções insusceptíveis de provocar desequilíbrios na estrutura de reserva ecológica. E por isso, como foi um requisito muito recente que nos foi colocado, nós levámos à Câmara, trazemos aqui hoje e agora terá que ter um despacho do senhor Secretário de Estado, aliás, semelhante àquele que veio aqui há relativamente pouco tempo para aquela intervenção de alargamento da plataforma, da estrada paralela entre a rotunda D. Dinis e a zona da ESTG, se bem se recordam veio aqui há muito pouco tempo, foi despachado muito pouco tempo depois pelo senhor Secretário de Estado, e está a obra iniciada. E portanto, hoje o que se passa é realmente pedir o reconhecimento de interesse público para que finalmente possa haver todas as condições de iniciar esta obra, como é evidente sempre depois da época balnear, mas é uma obra que nós gostaríamos de ver concluída durante os primeiros meses do ano de 2010. Muito obrigado.



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

Deputado João Cunha, faça favor.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Eu gostava de sublinhar, a propósito deste ponto da ordem de trabalhos, a importância que esta obra vai ter não só para a Freguesia do Coimbrão mas também para todo o Concelho. Conjugação esta obra com a requalificação da frente ribeirinha da Praia do Pedrógão, parece-me que é uma conjugação feliz e pode permitir que realmente esta Freguesia e a praia por excelência do Concelho de Leiria seja um cartão-de-visita mais efectivo e consiga atrair mais gente ao aspecto turístico e desenvolvimento da região. Daí que, realço esta importância, pese embora os estrangulamentos que foram aqui sublinhados, mais uma vez o poder central demora a corresponder àquilo que são os anseios das populações, e realmente as profecias da desgraça às vezes concretizam-se. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos André!

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Votaremos obviamente a favor da proposta que a Câmara Municipal nos submete, mas não poderíamos deixar de lamentar aqui, apesar de ter ouvido com toda a atenção as explicações que o senhor vereador aqui apresentou e que têm a pertinência que têm e o historial que fez das vicissitudes desta estrada, uma coisa que está aos olhos de toda a gente, dos quatro Concelhos que estão aqui de seguida, este é o último que faz a Estrada Atlântica, a Nazaré já fez, Alcobaça já fez, a Marinha Grande já fez e Leiria é o último. Curiosamente o tal poder central que é contra as câmaras do PSD...peço desculpa senhora Presidente, mas eu falei destes quatro, provavelmente a seguir a Pombal haverá mais, lamento mas citei estes quatro, de sul para norte, não cometi nenhuma incorrecção citando de sul para norte. Até o Concelho de Nazaré com todos os problemas que tem já fez, e não se pode dizer que seja aqui protecção do Estado a uma autarquia da cor do próprio Governo, porque tanto quanto sei passaram por lá vários governos de várias cores, e



pelas autarquias em causa têm passado ou não têm passado, porque duas delas, Nazaré e Alcobaça, estão nas mãos do mesmo partido que por acaso gere a Câmara de Leiria há vários anos. E portanto, esse argumento do poder central, desculpar-me-ão, não colhe. Haverá até outros argumentos muito pertinentes e eu reconheço como pertinentes os argumentos citados pelo senhor vereador Fernando Carvalho, não vamos fazer chicana política, o senhor vereador apresentou argumentos técnicos que me parecem bastante pertinentes, os outros que o senhor deputado João Cunha veio utilizar pretendem envenenar um debate que não carece de ser envenenado desta forma, como se prova pelo facto dos outros três concelhos a sul, nenhum deles é dirigido por partido da cor do Governo, já terem completado as suas obras.

A única coisa que quero aqui lamentar, e que gostaria que ficasse registado em acta, é que não obstante, nós aprovarmos tudo quanto aqui vier a este respeito, gostava de lamentar a má imagem que dá, viajando de sul para norte, chegarmos ao Concelho de Leiria a caminho da única praia que o Concelho de Leiria tem, e aqui a Estrada Atlântica ainda está por fazer.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Mais alguém quer intervir?

Faça favor senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Eu dava primeiro a palavra ao senhor vereador, acho que ele quer complementar, e depois falarei a seguir.

***FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)***

Fernando Carvalho, Vereador!

Só para rebater algumas coisas que aqui disse, embora concordando que de facto Embora não sendo o último concelho a intervir na Estrada Atlântica é de facto dos últimos mas isso tem uma razão. Como se deve recordar, há meia dúzia de anos atrás, todo o percurso da frente marítima entre a zona de Alcobaça e Pombal, só para analisarmos esta costa mais perto de Leiria, tinha caminhos completamente miseráveis. E portanto, toda esta estrada era uma estrada esburacada, com um enraizamento dos pinheiros em toda a sua extensão. E devo aqui frisar que essas



estradas nem sequer são municipais, são estradas nacionais, as quais têm sido mantidas pelo Município de Leiria. Todas aquelas estradas que estão na orla costeira, entre as praias e as povoações do nosso concelho, são mantidas pelo Município de Leiria sendo no entanto infra-estruturas do Estado que se recusa a mantê-las. E, o que acontece é que, há meia dúzia de anos atrás, ou talvez sete anos atrás, o Município de Leiria foi primeiro a fazer uma intervenção de requalificação na sua estrada que é hoje designada Estrada Atlântica. E hoje ainda, a estrada não está má. O que poderá dizer é que, não tem a largura que permita a ciclovía, que é isso também que vai ser feito, mas é uma estrada que tem um tapete betuminoso, perfeitamente razoável e utilizável em boas condições, e portanto foi a primeira a fazer esta intervenção. E portanto, durante vários anos, cinco ou seis anos, foi a única frente costeira que teve uma intervenção de requalificação na sua Estrada Atlântica. Como é evidente graças a essa intervenção, o Município de Leiria achou que tinha outras prioridades para intervir no Concelho, uma vez que tinha feito lá uma intervenção de requalificação. E chegou agora o tempo, é evidente que nós gostaríamos de ter feito esta estrada já há dois anos, dar-lhe digamos este upgrade há dois anos, e pelas vicissitudes que aqui apresentei, quando vier o visto do Tribunal de Contas, será possível então concluir. Só este aparte para dizer que não temos ali nenhuma estrada miserável no nosso concelho, temos uma estrada que neste momento está um pouco pior que as outras, sendo estradas da responsabilidade do poder central.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Senhora Presidente para a intervenção final.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Eu acho que o senhor vereador fez a explicação que eu queria fazer exactamente para explicar que foi uma questão de prioridades. Uma intervenção absolutamente exigida à época na chamada estrada do Pedrógão, que estava muito má, e portanto fizemos essa intervenção que manteve a estrada perfeitamente transitável e em boas condições até hoje, mesmo hoje ela está transitável. Não está com a qualidade da chamada Estrada Atlântica, mas está perfeitamente transitável e portanto a nossa opção foi uma opção de prioridades. Se na altura tivemos que fazer aquela



intervenção, para poder pôr a estrada minimamente em condições, entendemos que até agora se tem mantido e portanto a Estrada Atlântica não era uma prioridade, não era uma exigência. Sendo certo que, também estávamos à espera, que entrasse em vigor, mais uma vez, esta nova fase de fundos comunitários, e esta foi uma das estradas que se candidatou e que foi considerada.

Só para complementar o comentário que fiz ao senhor deputado Carlos André, dizer-lhe que falei em Pombal porque a Estrada Atlântica classificada como tal, começa na Nazaré e acaba em Pombal. E portanto, quando dizia que de sul para norte nós somos os últimos, eu disse falta Pombal, e o senhor dizia que ainda faltavam outros, pois naturalmente que faltam, e por aí fora vamos chegar até Viana do Castelo, porque a Estrada Atlântica começa na Nazaré e acaba em Pombal, com esta classificação, com este nome, não interessa, mas é assim. E portanto a seguir a nós está Pombal, que está exactamente a par, em termos de timings de concurso, relativamente a Leiria, tendo tido também alguns problemas exactamente iguais a nós, inclusivamente esta questão que surgiu agora aqui e que foi a razão de vir aqui hoje à Assembleia, da necessidade do alargamento, Pombal está exactamente na mesma situação. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Vamos então pôr este assunto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta e reconhecer de interesse público municipal o alargamento ao traçado da Estrada Atlântica e criação de uma ciclovia.**

**6. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE LERIA – Apreciação, discussão e votação;**

Este ponto foi retirado da ordem do dia a pedido da Câmara Municipal, porque não foi aprovado em tempo útil na reunião do executivo, tendo sido retirado a pedido dos senhores vereadores do Partido Socialista.

Vamos passar ao ponto n.º 7.



**7. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS - SOCIEDADE «BELANATUR, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS, SA» - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja usar da palavra?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Dou a palavra à senhora vereadora Neusa Magalhães para dar os esclarecimentos.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhora vereadora!

***NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)***

Neusa Magalhães, vereadora.

Só uma pequena explicação.

Com a publicação da Lei n.º10/2009 de 10 de Março, foi criado um programa designado por “Iniciativa para o Investimento e Emprego”. E, esse programa contempla um regime de incentivos fiscais em investimentos realizados em 2009, e esses investimentos fiscais passa pela isenção de IMI, IMT e Imposto de Selo. Para que esses incentivos sejam concedidos, é necessário que em Câmara e Assembleia Municipal se reconheça o interesse público do investimento. E portanto, foi reconhecido em reunião de Câmara esse interesse, por unanimidade, desta empresa Belanatur, que é uma empresa que tem como sector de actividade a industria/comércio de cosméticos, produtos de higiene, perfumaria e produtos afins, é uma empresa que tem doze anos, vai realizar um investimento de cinco milhões de euros, tem neste momento trinta trabalhadores, vai aumentar para quarenta e cinco, e até 2014 prevê um aumento de oitenta postos de trabalho. Portanto, estamos a falar de uma empresa que tem crescimento médio ao ano de 20% e vai passar a funcionar na ZICOFA, adquiriu um lote na ZICOFA, mas neste momento funciona ali junto ao Vale da Cabrita.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado Vitorino Pereira.



***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Penso que nós não podemos votar isto porque não pudemos estudar a situação, não sei porque é que isto é considerado de interesse municipal. Porque cria postos de trabalho? Então qualquer empresa que crie postos de trabalho (uma cerâmica, uma empresa de moldes) também poderá ser reconhecida. Isto não é motivo para ser reconhecido. Além disso é citado aqui e quisemos estudar isso mas não conseguimos porque o diploma que é aqui citado na deliberação de Câmara não tem nada a ver com isto, nem existe. Eu posso ter lido mal, admito isso, mas penso que devíamos ter tido a possibilidade de consultar o processo administrativo para ver se realmente deve ou não ser reconhecido o interesse municipal neste investimento. É uma empresa de cosméticos, não sei o que é que isso vem trazer...

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Obrigado senhor deputado

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Eu sinceramente não resisto a vir aqui novamente dar-me a este incómodo. Mas é espantoso como é que o senhor deputado do Bloco de Esquerda, perante uma proposta concreta de apoio e de incentivo à criação de emprego e desenvolvimento económico do Concelho, o senhor tem a distinta lata política de vir aqui dizer que isto não se justifica. Quer dizer, no momento em que o País está a tentar encontrar soluções para sair da crise, no momento em que o País precisa de criar emprego para que os cidadãos vivam melhor, para que haja aqui uma perspectiva de futuro, o senhor vem ser profeta da desgraça, e vem aqui claramente contra uma postura de desenvolvimento. Há gente que está disponível para investir, a colocar dinheiro para criar emprego e o senhor vem aqui colocar dificuldades. Não sei se o Dr. Louçã sabe disto mas ele de certeza deve ficar admiradíssimo.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.





Eu fui à Internet, porque não recebi da Câmara, e tirei de um site de legislação nacional e diz assim “Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, Diário da República emitido pela Assembleia da República, Capítulo 1, artigo 1º, artigo 2º, artigo 3º, e aparece aqui, no artigo 3º “ medidas e coordenação do programa: e) o programa é composto pelas seguintes medidas: a) modernização, b) promoção, c) modernização e apoio especial...”, fui tirar isto ao site do Ministério da Economia e Inovação, se está errado... e gostava de dizer também ao senhor deputado que a questão da criação ou não de empregos passa pelo Governo, o Governo tem incentivos para as diversas empresas, se quiserem, poderem utilizar esses incentivos. Não nos compete a nós, abrir exceções. Nós temos de saber concretamente o que é que consideramos ou não de interesse regional, para ver se devemos ou não incentivar e apoiar esses interesses, e os senhores não deram nenhuma explicação, criar postos de trabalho não é suficiente, parece-me, pela legislação que nós temos, para que se considere de interesse municipal uma empresa, se não todas as empresas do Município têm direito a esta isenção. Isto parece-me evidente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Poço.

***DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)***

Carlos Poço, PSD.

Eu vinha só tentar clarificar as dúvidas que tem o senhor deputado, sobre esta Lei n.º 10/2009. No âmbito da situação difícil, de crise, criada em Portugal e no Mundo a partir de meados do ano passado, no âmbito das medidas que este Governo entendeu tomar para minimizá-las, criou essa lei do incentivo ao investimento e emprego (I.I.E). E nesse âmbito, como vai isentar impostos, de IMT, de IMI e Imposto de Selo, para que a lei possa ser exequível, pede às Assembleias Municipais que se pronunciem sobre esses casos concretos. Vai haver um investimento em Leiria, a Assembleia Municipal de Leiria deve entender, deve pronunciar-se, deve deliberar se esse investimento é de interesse público ou não, porque lhe vai retirar receitas. Portanto, a consequência dessa decisão vai retirar receitas ao Município e daí a Assembleia Municipal ter que tomar esta deliberação. Se esta medida é específica para esta empresa, a lei é para todos, qualquer empresa que entenda investir nesta fase difícil, pode submeter o seu pedido ao abrigo dessa lei, e ao



submetê-lo tem que iniciá-lo pelo pedido à Câmara Municipal e depois vem à Assembleia Municipal para ser aprovado, e só depois poderá obter os respectivos apoios de isenções fiscais.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Guedes.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)***

José Augusto Guedes, Freguesia da Boa Vista.

Só queria pedir um esclarecimento à senhora Presidente, que me esclarecesse quais são os casos de reconhecimento de interesse municipal e se também vai reconhecer a todas as outras empresas que criam emprego, esse interesse municipal.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Só venho aqui agora, em primeiro lugar para saudar o esclarecimento dado pelo senhor deputado Carlos Poço, que acho que foi concludente, e que inclusivamente deu razão não só às medidas que o Governo central tem tomado nessa medida, como suponho que também se terá associado, julgo eu se não peço desculpa, à homenagem inclusivamente promovida pelo senhor deputado Leonel Costa, que aqui não está, com outros empresários da região, em homenagem ao senhor Ministro da Economia, Manuel Pinho.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Poço, para uma última intervenção.

***DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)***

Carlos Poço, PSD.

É óbvio que tenho que deixar muito claro e aproveito a oportunidade que me dá, que não estive nesse jantar de homenagem, nem podia estar porque nunca concordei com a política económica deste ministro Manuel Pinho, porque foi uma política com a



qual não concordámos de modo algum. Esta lei é uma lei que foi proposta no âmbito do Ministério das Finanças, não quer dizer que o Ministro da Economia não tivesse tido uma ou outra posição com a qual nós concordámos e lhe demos incentivo, inclusivamente no âmbito da Assembleia da República, para melhorar algumas intervenções. Esta, que eu aprecio e que eu aplaudo, teve iniciativa no Ministério das Finanças, naturalmente com a intervenção do Ministério da Economia. Mas que fique claro, não estive presente nesse jantar nem dou qualquer apoio ao ex-ministro Manuel Pinho.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos André.

Eu peço aos senhores deputados que se abstenham de entrar em assuntos colaterais aos que estão em discussão.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Vou apenas ater-me ao assunto que está em discussão, e como já se depreendeu das nossas atitudes e reacções, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, porque esta lei é uma boa lei. É uma lei que permite responder a uma situação de crise, a problemas sérios que as empresas enfrentam, e neste sentido é uma lei boa para o Concelho de Leiria, porque o Concelho de Leiria sendo um concelho fortemente empresarial, é um concelho que é claramente afectado por esta situação de crise que não é uma situação nacional, muito menos o é regional, é uma situação de contexto internacional. Mas devo dizer que hesitei em usar da palavra, por esta ser a última Assembleia Municipal do presente mandato, e portanto o que vou dizer ficará registado, vale como uma advertência, mas não vale mais do que isso, porque a próxima Assembleia Municipal é outra, ainda que estejam cá muitas das mesmas pessoas, a própria Câmara Municipal é outra, e com isto não estou a fazer juízo nenhum de valor, é outra, seguramente as pessoas mudarão, não vou fazer profecias nem da desgraça nem de outra natureza.

A advertência que faço é esta, há uma empresa que apresenta um projecto, há uma empresa que se candidata a este benefício, que haja muito mais, que surjam muitas mais a quererem ter este benefício e ver reconhecido o interesse municipal. A minha sugestão é que seja definido um conjunto de parâmetros dentro da autarquia, não



estou a falar dos que estão na lei, para apreciar estes casos, não vá dar-se a circunstância de nós amanhã estarmos a conceder o interesse municipal a empresas que dois anos depois se deslocalizam para alhures. Sabemos que em Portugal isso tem regularmente acontecido, e portanto, não vale nada o que eu vou dizer porque enfim, estamos numa fase de transição, mas gostaria que ficasse registado que um deputado nesta Assembleia fez esta sugestão, partindo do pressuposto de que a lei é boa e de que esta decisão que vamos tomar é boa, e acredito na qualidade desta empresa por tudo quanto ouvi referir à senhora vereadora Neusa Magalhães, se não votaria a favor. Nenhum de nós põe minimamente em causa nem a qualidade da empresa nem o número de postos de trabalho que pretende criar, e muito menos me pronunciaria sobre qual é a actividade da empresa, se é sabão, se é cosméticos, se é outra coisa, confesso que esse assunto não me diz respeito. É uma empresa, produz, vende, cria emprego, óptimo, excelente, se não for poluidora melhor ainda.

Permite-me apenas sugerir, se é que isso não tem sido levado em conta, que se crie um quadro e que esse quadro seja trazido à Assembleia Municipal, para que a Assembleia Municipal possa olhar para os parâmetros e ter sempre o mesmo juízo de valor. E oxalá o possamos fazer não para uma mas para cinco, cinquenta, cem, trezentas empresas, porque precisamos muito delas cá.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Tem a palavra agora a senhora Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Eu queria deixar aqui a minha satisfação pela intervenção que acabou de fazer o senhor deputado Carlos André, pela seguinte razão, porque eu subscrevo na íntegra, ao contrário de muitas críticas que tive ao longo desta minha permanência à frente da Câmara, porque acho que efectivamente devemos apoiar e devemos criar condições excepcionais a empresas que têm a intenção de aqui se manter, e não estarmos a criar condições excepcionais a empresas ditas multinacionais ou outras que tais, que vêm com projectos de criação anormal de emprego, que se instalam nos Municípios, à custa da diminuição de receitas dos próprios Municípios e à primeira vão embora.



Portanto, digo-lhe que gostei muito daquilo que o senhor disse porque subscrevo na íntegra, e muitas vezes fui acusada por camaradas seus, no sentido de dizer que parecia impossível não atrair para Leiria os tais grandes investimentos que nós vemos no norte do País ou em outros concelhos. Ainda bem que assim foi, porque são exactamente esses investimentos que nós vemos em Vila do Conde e por aí fora, os primeiros a abandonar quando tinham oitocentos, novecentos, mil, mil e duzentos postos de trabalho.

Só para nota final, relativamente a este caso.

Nós nunca trouxemos, quando o senhor deputado diz que já trouxemos, é a primeira vez que isto acontece porque se trata de uma situação excepcional, conforme aqui foi explicado pelo senhor deputado Carlos Poço. Foi uma situação excepcional atendendo à conjuntura, que naturalmente o Governo entendeu como medida e com a qual eu concordo em absoluto e que criou a situação excepcional, pode terminar no final do ano, porque ela tem uma duração limitada precisamente até ao final do ano. Pode eventualmente vir a ser ressuscitada e entrar em vigor para 2010, mas para já é até ao final de 2009, e até ao final de 2009 foi a única situação que nos apareceu, sendo certo que é uma empresa que tem as características que eu considero perfeitamente ajustadas ao nosso tecido empresarial, pequena e média, não poluidora, vai-se situar numa zona organizada do ponto de vista urbanístico, tem todas as características. É verdade que o que eu entendo é que, se esta lei se mantiver ou se for repescada para o ano, que faz todo o sentido pelo menos definirmos as características da empresa, se é empresa local, a dimensão, os postos de trabalho, de onde é que vem, enfim, se é poluidora ou não, há uma série de coisas que nós temos que averiguar antecipadamente e relativamente às quais também houve averiguação desta, para depois se trazer a esta Assembleia. Haver um conjunto de análises e de conhecimento profundo sobre a actividade da empresa que nos permita fazer propostas concretas e objectivas. Aqui acho que ninguém tem dúvidas pelas características da empresa.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Vamos proceder à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta e reconhecer de interesse público municipal a sociedade Belanatur – Indústria e Comércio de Cosméticos, SA., para efeitos de concessão de benefícios fiscais.

**8. AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 96.º DO REGULAMENTO DO PDM – PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 62/09 – GENICONSTRUÇÃO – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS UNIPESOAAL, LDA. – Apreciação, discussão e votação;**

Senhora vereadora Isabel Gonçalves pretende esclarecer? Faça favor.

***ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DESPORTO)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Isabel Gonçalves, vereadora.

Senhores deputados, isto é mais um dos casos idênticos a tantos outros, em que a maior parte da parcela matricial desta propriedade tem uso urbano ou habitacional, sendo que uma pequena parte não tem e portanto, com esta possibilidade de ajustamento de pormenor é possível conferir a totalidade da parcela ouso maioritário habitacional, o que permitirá resolver a pretensão do requerente de requerer a construção de uma moradia. É só isso.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Alguém quer discutir este assunto?

Sendo assim vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o ajustamento de pormenor nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 96º do Regulamento do PDM, nos termos da proposta.**



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado.

Senhores deputados, com este ponto terminou a nossa agenda de trabalhos. Esta sessão para mim foi um pouco penosa, porque quase estragámos o fim de festa, e



digo quase porque tivemos duas sessões, a de Junho e a de hoje, em que realmente os ânimos estavam um pouco exaltados demais.

Eu quero mais uma vez agradecer a todos a colaboração prestada, dizer honestamente que eu gozei cada um destes minutos intensamente, disse-o muitas vezes na minha sala de operações aos meus colegas.

Agradeço a todos, peço desculpa por alguns erros, também sou inexperiente nestas coisas, mas garanto-vos que procurei exercê-lo com a máxima isenção. Eu devo dizer, por exemplo, que sempre me abstive de comparecer às reuniões de preparação do grupo parlamentar a que pertenço exactamente para me manter nesta posição tanto quanto possível, depois quando foi preciso votar naturalmente que exerci o meu direito de voto isento, dizer que às vezes, com prejuízo próprio, o senhor deputado Carlos André fez grande uso desta sessão, ele é o meu oponente principal nas eleições que vêm aí a seguir e sabe perfeitamente que eu não podia fazer uso dessa posição, mas lá nos encontraremos daqui a umas semanas.

Desejo a todos sob o ponto de vista pessoal, familiar e profissional as maiores felicidades. Muito obrigado a todos.

### **ENCERRAMENTO**

**E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.00 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----**

### **APROVAÇÃO DA ACTA**

**De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão extraordinária de 23 de Novembro 2009, deliberou por maioria, com vinte e quatro abstenções, aprovar a acta. -----**

**O Presidente da Assembleia**

**Prof. Doutor Carlos Manuel B. Ascenso André**

**A Assistente Técnica**

**Teresa Paula Pinto**